



Universidade Federal do Pará
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos
Solidários - PITCPES
Grupo de Estudo e Pesquisa Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia – GPTDA
Projeto Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica dos Territórios Rurais
no Estado do Pará

Relatório Analítico do Território

do Marajó

Belém
Agosto de 2012



**Universidade Federal do Pará
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos
Solidários - PITCPES
Grupo de Estudo e Pesquisa Trabalho e Desenvolvimento na Amazônia – GPTDA
Projeto Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica dos Territórios Rurais
no Estado do Pará**

Equipe do Projeto

Coordenadora

Maria José de Souza Barbosa

Professores Colaboradores

Farid Eid (Coordenador Marajó)

Maria Antonieta Rocha Santos

Técnicos

Karime Ferreira Carvalho (Técnica da Célula)

Luiz Paulo Farias Guedes (Técnico de Apoio)

Rodrigo Augusto Sobral Santos (Técnico da Incubadora – 2012)

Bolsista PIBIC – 2012

Wilk Cardoso Cruz (Campus/Belém)

Alunos Bolsistas – Voluntários/Campus Breves/UFPA – 2011

Edson Junior Lima de Souza

Ouripson Dalvan Lopes Félix

**Belém
Agosto de 2012**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
1. O TERRITÓRIO DO MARAJÓ: Paisagem Natural.....	05
1.1 A Paisagem Natural do Território do Marajó.....	05
1.1.1 As Unidades de Conservação Estaduais	05
1.1.2 Reservas Extrativistas do Marajó.....	06
1.1.3 Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEx).....	07
1.1.4 O desafio do desmatamento e das queimadas.....	07
1.1.5 Clima.....	08
1.1.6 Geologia.....	09
1.1.7 Geomorfologia.....	09
1.1.7.1 Solos.....	09
1.1.7.2 Hidrografia.....	10
1.1.8 Vegetação.....	10
1.1.9 Fauna.....	11
2. CONTEXTO HISTÓRICO DA REGIÃO: aspectos socioeconômicos e culturais.....	12
2.1 Os primeiros habitantes: história e cultura.....	12
2.1.1 Síntese do histórico de formação dos Municípios do Marajó.....	16
2.1.2 Aspectos Culturais do Marajó.....	19
3. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS NO MARAJÓ: crescimento e distribuição da população.....	22
3.1 Configuração do Desenvolvimento Humano-Social: o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.....	24
4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	25
4.1 Programas sociais: CRAS, CRES, Bolsa Família e BPC.....	25
4.2 EDUCAÇÃO: do ensino fundamental ao superior.....	27
4.2.1 Ensino Fundamental e Médio.....	27
4.2.2 Ensino Superior: modalidades à distância e presencial.....	28
4.3 SAÚDE E SANEAMENTO: rede de atendimento.....	29
4.3.1 Saúde.....	29
4.3.1.1 Mortalidade.....	30
4.4 Saneamento.....	31
4.4.1 Água.....	31
4.4.2 Instalação Sanitária.....	31
4.4.3 Destino do Lixo.....	32
5. ECONOMIA: PIB e atividades produtivas.....	33

APRESENTAÇÃO

Este relatório traz os resultados das análises relativas à pesquisa realizada nos outubro de 2010 a setembro de 2011 no Território do Marajó, a partir da execução do projeto Desenvolvimento Sustentável e Gestão Estratégica dos Territórios Rurais no Estado do Pará. Faz-se, primeiramente, uma caracterização sintética do território, com base em dados secundários, com informações de instituições como IBGE, PNUD, IDESP, IPEA, SEPOF, assim como, documentais através do PDTRS, PDTSAM, PAS, dentre outras.

Os indicadores socioeconômicos e culturais mostram que essa região foi historicamente abandonada pela ausência ou baixa capilaridade das políticas públicas, de serviços infraestruturais e de equipamentos coletivos de promoção e proteção social voltados ao desenvolvimento sócio-territorial. Nesse sentido, há a necessidade de uma mobilização produtiva dos sujeitos sociais, para dinamizar as capacidades institucionais em busca dessas necessidades essenciais, a fim de potencializar os meios existentes no território.

A ausência de infraestrutura e de equipamentos de uso coletivo tem produzido problemas de ordens diversas, como fome, miséria, altos índices de malária, em determinados municípios, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes etc. Assim, o Plano Amazônia Sustentável – PAS (2004) e o Plano Marajó Sustentável (2007) visavam alterar esta realidade e estabelecer novas diretrizes em busca de incorporar a concepção de territorialidade, a fim de atender demandas específicas que são determinadas pelas singularidades de cada região.

De modo sintético, buscou-se reconstituir momentos da história dos municípios, sua economia e sociedade, tendo em vista visualizar os indicadores socioeconômicos que traduzem o isolamento deste arquipélago e, em consequência, os efeitos do modelo de desenvolvimento concentrador de renda e de serviços públicos na capital do estado do Pará, sem grandes repercussões para o arquipélago do Marajó, uma região

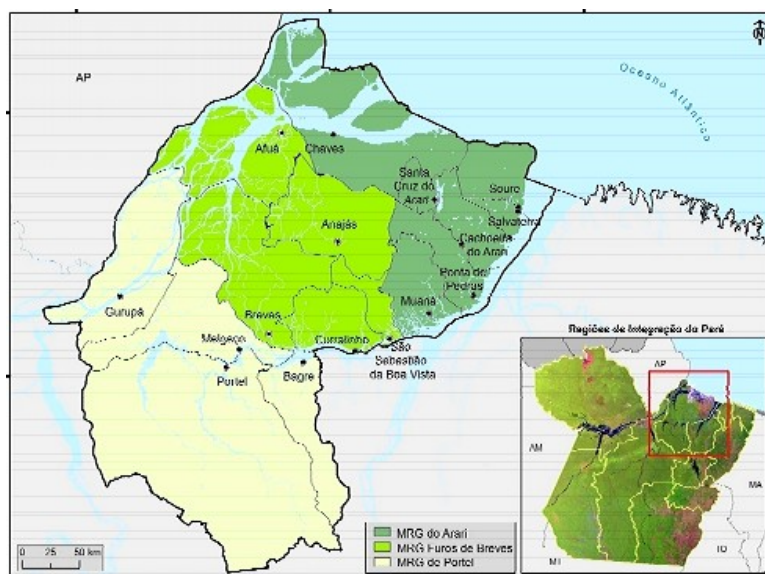
distanciada dos eixos rodoviários estratégicos que cortaram a Amazônia em direção aos grandes projetos agrominerais e agropastoris.

Neste sentido, a sociedade local tem demandado dos governos e seus entes federados a constituição de uma agenda de ações coordenadas e estratégicas para o desenvolvimento de soluções imediatas da vulnerabilidade e risco social das populações do Marajó, bem como, para articular as organizações sociais a fim de potencializar as capacidades institucionais dos municípios que constituem o território, de modo que se tornem sujeitos e possam ter papel protagonista na promoção do desenvolvimento da região.

Também, realiza-se uma análise dos indicadores apresentados com base nos dados obtidos na pesquisa de campo, as quais tem como suporte para a análise, a concepção dos sujeitos abordados pela pesquisa.

1. O Território do Marajó: paisagem natural

Figura 1: Mapa do Arquipélago do Marajó



Fonte: GeoPARÁ, 2007

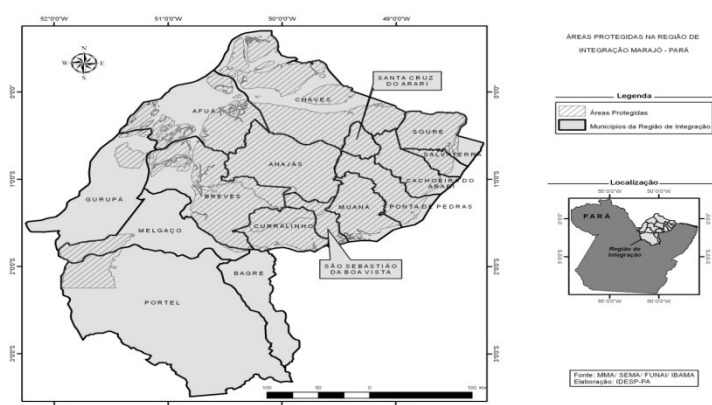
1.1 A Paisagem Natural do Território do Marajó

1.1.1 Unidades de Conservação Estaduais

As Unidades de Conservação (UC) existentes na região estabelecida pelo estado não possuem registro no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente. No entanto, desde a Constituição do Estado do Pará, de 1989, em seu Art. 13, parágrafo 2º, o arquipélago do Marajó foi considerado Área de

Proteção Ambiental (APA Marajó). A área de abrangência da APA Marajó compreende 12 municípios, os quais compõem as microrregiões de Arari (Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure) e Furos de Breves (Afuá, Anajás, Breves, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista), com um total de 5.904.400ha, cujos limites são dados pelo oceano Atlântico, o rio Amazonas e a baía do Marajó. O fato de se constituir como área de proteção e conservação, em função do ecossistema, há restrições em relação ao uso do solo.

Figura 2: Áreas Protegidas do Marajó



Fonte: IDESP, 2010.

Tabela 1: Percentual de Áreas Protegidas dos municípios do Marajó.

Municípios	Área territorial (km ²)	Área Protegida (km ²)	%
Afuá	8.372,77	4.379,17	52,30%
Anajás	6.921,71	6.921,71	100%
Bagre (fora da APA)	4.397,29	0,88	0,02%
Breves	9.550,45	7.460,18	78,11%
Cachoeira do Arari	3.102,08	2.750,69	88,67%
Chaves	13.084,88	9.323,84	71,26%
Curralinho	3.617,24	3.617,24	100%
Gurupá (fora da APA)	8.540,03	808,04	9,46%
Melgaço (fora da APA)	6.773,98	1.387,19	20,48%
Muaná	3.765,52	3.366,57	89,41%
Ponta de Pedras	3.365,13	2.978,91	88,52%
Portel (fora da APA)	25.384,78	1.890,29	7,45%
Salvaterra	1.043,50	767,98	73,60%
Santa Cruz do Arari	1.074,85	1.074,16	99,94%
São Sebastião da Boa Vista	1.632,22	1.632,22	100%
Soure	3.512,86	2.873,21	81,79%

Fonte: Indicadores de Qualidade dos Municípios do Estado do Pará, PDTRS 2010.

1.1.2 Reservas Extrativistas no Marajó

No Marajó existem atualmente quatro Reservas Extrativistas – RESEX: a Resex Mapuá no município de Breves com 94.463 ha, a Resex Terra Grande Pracuúba com 194.695 há, que abrange os municípios de Curralinho e São Sebastião da Boa Vista, a Resex Gurupá-Melgaço com 145.297 há, abrangendo os municípios de Gurupá, Melgaço e Breves e a Reserva Marinha de Soure, com 27.463 há. As reservas extrativistas visam assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, possibilitando seu manejo pela população extrativista local, em consonância com o desenvolvimento comunitário e a conservação ambiental. O uso dos recursos naturais constitui uma base de desenvolvimento sustentável tendo em vista o usufruto pelas comunidades locais historicamente vinculadas à cultura. Sua vegetação é típica de manguezal, com predomínio de mangueiro, siriúba, e tinteira.

1.1.3 Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEx)

O Assentamento Agroextrativista é outra modalidade de conservação embora com possibilidade de uso dos recursos naturais de modo extrativo. A diversidade do sistema ecológico favorece o desenvolvimento de atividades agroextrativistas, portanto, não inviabilizando o uso das populações que a ocupam visando criar alternativas econômicas auto-sustentáveis.

Em 2006, o INCRA/SR (01) / Belém-PA criou 35 Projetos de Assentamentos Agroextrativistas, sendo que em 8 a área total é de 138.931,272 há, com capacidade para assentar 2.653 famílias constituídas por populações tradicionais e, destas, 2.363 são beneficiárias do INCRA, por meio do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária-SIPRA.

1.1.4 O desafio do desmatamento e das queimadas

O IDESP, com base nos dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), mostra que em 2009, o Arquipélago do Marajó possui uma área desmatada de 3.315,00 km², correspondendo a 3,18 % do seu território. Na série histórica desta década, o ano de 2001 apresenta o maior índice de desmatamento.

Tabela 2: Índice de desmatamento dos municípios do Marajó.

Incremento do desmatamento 2001-2009 (Km ²)									
Municípios	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009

Afuá	0,30	3,10	1,10	0,20	1,10	3,00	0,10	0,10	0,00
Anajás	116,70	24,30	0,40	0,70	1,60	0,40	0,10	0,00	0,80
Bagre	133,30	3,70	2,50	3,70	2,70	1,40	1,20	3,70	1,30
Breves	349,70	114,60	0,30	6,50	1,00	0,10	0,20	3,90	0,80
Cachoeira do Arari	68,50	0,00	0,10	0,80	0,30	0,20	0,20	0,00	0,30
Chaves	3,00	2,20	0,80	0,10	0,80	1,80	0,30	0,20	0,40
Curralinho	121,70	53,70	0,40	1,80	1,40	0,40	1,80	0,60	2,80
Gurupá	62,40	4,90	9,00	4,80	3,80	1,70	0,70	3,50	1,90
Melgaço	128,70	11,80	0,40	5,70	0,90	1,60	0,30	4,40	0,10
Muaná	92,30	0,10	0,00	0,50	0,40	0,40	0,40	0,00	0,70
Ponta de Pedras	48,80	0,50	0,00	1,70	0,20	0,00	0,00	0,00	0,40
Portel	494,70	48,20	50,10	83,30	50,20	46,00	86,70	96,80	24,70
Salvaterra	64,80	0,60	0,40	1,20	0,30	0,30	0,00	0,30	1,60
Sta Cruz do Arari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Sebastião da Boa Vista	119,00	0,00	0,00	0,20	0,20	0,30	0,20	0,00	0,40
Soure	12,30	0,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,00	0,20

Fonte: Indicadores de Qualidade dos Municípios do Estado do Pará, PDTRS, 2010.

Os dados mostram ainda o problema das queimadas tendo em vista a destruição da biodiversidade do Marajó onde entre 2006 e 2009 houve aumento de 1.974%. Em 2006 foram identificados 105 focos de queimadas, em 2007 identificou-se 84, em 2008 registrou-se 660 e em 2009 esse número aumentou para 2.178.

Tabela 3: Índice de focos de queimadas nos municípios do Marajó.

Municípios	2006	2007	2008	2009
Afuá	5	1	-	5
Anajás	-	3	-	29
Bagre	1	3	22	75
Breves	10	7	17	26
Cachoeira do Arari	3	6	73	91
Chaves	-	2	32	151
Curralinho	2	6	18	53
Gurupá	2	-	13	55
Melgaço	-	1	6	18
Muaná	4	5	32	146
Ponta de Pedras	9	2	38	90
Portel	65	46	377	1304
Salvaterra	3	-	8	60
Santa Cruz do Arari	-	-	6	39
São Sebastião da Boa Vista	-	1	4	19
Soure	1	1	14	17

Fonte: Indicadores de Qualidade dos Municípios do Estado do Pará, PDTRS, 2010

1.1.5 Clima

O clima segue regime pluviométrico anual definido por estação seca, embora com índices pluviométricos capazes de garantir níveis hídricos necessários a constituição de uma biodiversidade local específicas. A temperatura média anual é de

26° C. A precipitação anual é sempre maior que 2.000 mm. As estações são praticamente inexistentes. A umidade relativa do ar é alta (> 80%), com ausência total de período seco. Nesta região predomina o centro de massa de ar equatorial e surgem, também, bolsões de ar na foz do rio Amazonas (VIEIRA & SANTOS, 1987; RADAM BRASIL, 1974).

1.1.6 Geologia

Com base no RADAM BRASIL (1974), observa-se que a formação geológica corresponde ao período quaternário, composta por unidade de aluviões, ou seja, por coberturas sedimentares recentes, que compreende depósitos aluviais não consolidados de variada granulometria, formando uma ampla planície aluvial.

1.1.7 Geomorfologia

As formas de relevo da região são marcadas por uma brusca interrupção da planície de aluviões holocênicas da calha do rio Amazonas, cuja montante decorre do rio em extensa planície em processo de colmatação por mecanismos específicos daquele rio. A jusante há uma sedimentação significativa, com separação entre duas feições geomorfológicas diferentes e bem identificadas, as quais são separadas pelo arco de Gurupá, com duas formas de deposição.

Os comprovantes geológicos destes eventos são definidos na estratigrafia da Fossa do Marajó, com basculamento e erosão ativa relacionadas ao processo de subsidência seguida de transgressão. O nível de aplainamento da região é designado genericamente de pediplano Pleiocênico e pediplano Pleistocênico, desigualmente distribuídos na região, cujos complexos problemas da hidrografia são, em sua maioria, decorrentes das movimentações, reativações e colmatações da transgressão Flandriana, que formam as baías e furos na região (RADAM BRASIL, 1974).

1.1.7.1 Solos

As áreas de várzea possibilitam a ocorrência de solos hidromórficos de tipo Gley (húmicos e pouco húmicos), desenvolvidos sobre sedimentos recentes do quaternário, em geral ácidos e com textura argilosa, com um horizonte superficial em torno de 25 a 30 cm, com alta porcentagem de matéria orgânica. A fertilidade dos solos de várzea concentra-se na sua camada superficial, devido à liberação de nutrientes pela matéria orgânica oriunda da decomposição de material vegetal florestal, bem como à deposição sobre o solo de substâncias minerais e orgânicas em suspensão nas águas barrentas do

rio Amazonas, causada pela movimentação das marés, gerando elevada fertilidade dos solos de várzea.

As áreas de terra firme são cobertas por latossolo amarelo, encontrando-se também os podzóis e as lateritas hidromórficas. A fertilidade destes solos é baixa, concentrando-se na sua camada superficial, com variação de 10 a 15 cm, dadas as condições climáticas da região, suas características físicas, químicas e biológicas destes solos, com mecanismos de erosão e de oxidação da matéria orgânica se processando rapidamente a derrubada de sua cobertura vegetal, diminuindo assim a sua fertilidade.

1.1.7.2 Hidrografia

A hidrografia da região é caracterizada por uma intrincada rede de drenagem formada por vários canais recentes, furos, baías, paranás, meandros abandonados, lagos e igarapés, marcando um complexo em evolução, com destaque para os rios Amazonas, Pará, Anapu, Jacundá e Anajás, com seus inúmeros afluentes. O movimento diário das águas é um elemento definidor da paisagem da região, onde se destacam as várzeas e os igapós. Nestas áreas, a variação diária do nível da maré pode ultrapassar os três metros. A hidrografia regional tem importância vital para a economia da região devido aos aspectos como: a) único meio de transporte e comunicação entre a grande maioria das cidades e vilas, com exceção de Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari; b) potencial pesqueiro; e c) enriquecedor sedimentar das várzeas.

1.1.8 Vegetação

A vegetação tem influência direta dessa hidrografia, um de seus principais ecossistemas. A população da área convive essencialmente com quatro tipos de ecossistemas: várzea, igapó, terra firme e campos naturais. A formação vegetal da terra firme é caracterizada como Floresta Ombrófila Densa (Floresta Pluvial Tropical). As principais espécies são a maçaranduba (*Manilkara huberi*), o breu (*Protium spp.*), o louro (*Ocotea spp.*), a sucupira (*Vatairea sericea*), e a castanheira (*Bertholletia excelsa*), dentre outras. Observa-se que a floresta de terra firme é composta por árvores caracterizadas como “madeira de lei”, com poucas palmeiras, se diferenciando do estrato arbustivo nas florestas de várzea.

As áreas são alagadas periodicamente, apresentando cobertura arbórea, predominando espécies com madeira de grande valor econômico, como a ucuúba (*Virola surinamensis*), a sumaúma (*Ceiba pentandra*), andiroba (*Carapa guianensis*) e açacu (*crepitans*), além de produtos não madeireiros com destaque para a: seringueira

(*Hevea brasiliensis*), açazeiro (*Euterpe oleracea*), pracaxi (*Pentaclethra macroloba*), buriti (*Mauritia flexuosa*) e taperebá (*Spondias lutea*). Nas áreas com alagamentos periódicos encontram-se as *formações pioneiras*, representadas pelos campos naturais do leste da Ilha de Marajó, que são áreas destituídas de mata e que apresentam cobertura de gramíneas e outras herbáceas, além de palmeiras, formando pequenas “ilhas” de vegetação lenhosa e constituindo-se um ecossistema complexo, em função das suas variadas condições edafo-climáticas, as quais podem definir vegetais totalmente diversas em composição botânica. A parte onde há a remoção da floresta ocorre formações secundárias devido à regeneração vegetal, como a capoeira (PDTSAM, 2007, p.14).

1.1.9 Fauna

No arquipélago marajoara encontram-se inúmeras espécies da fauna, com animais de pequeno porte, aves, cobras e peixes. Estes animais fornecem alimentos. Outros animais e anfíbios são menos conhecidos. Existem ainda animais como a onça pintada (*Felis onca*), sussuarana (*Felis concolor*), maracajás (*Felis wiedii*), gatos mouriscos (*Herpailurus yagouarundi*), raposa da mata (*Pseudolopes gymnocercua*), jupará (*Potos flavus*), anta (*Tapirus terrestris*), quati (*Nasua nasua*) e guaxinim (*Procyon cancrivorus*). Os peixes mais conhecidos são: tucunaré (*Cichla ocellaris*), puraqué ou peixe-elétrico (*Gymnotus electricus*), pescada (*Sciaena amazônica*), piraíba (*Piratinga piraiba*), pirarucu (*Arapaima gigas sp.*), piranhas (*Serrasalmo sp.*), candiru (*Vandellia cirrhosa*) e tamuatá (*Callichthys sp.*).

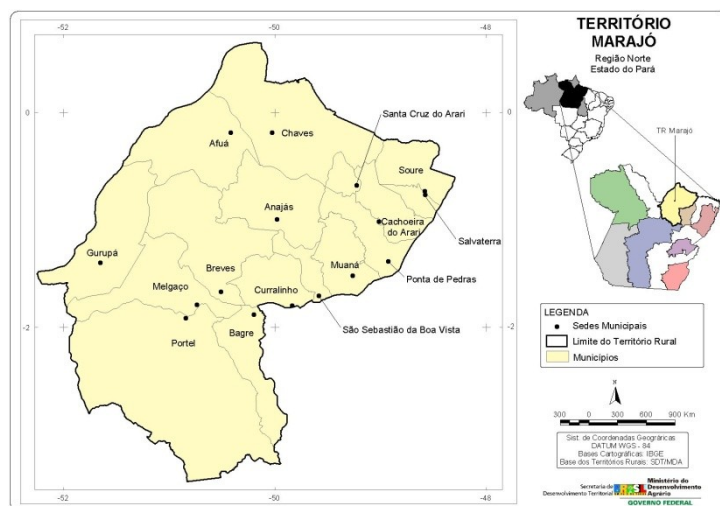
Os manguezais servem como local de reprodução e de alimentação para várias espécies de animais marinhos e de água doce, além de abrigarem uma fauna, também com baixa diversidade específica, porém com muitos indivíduos, alguns deles de importância econômica como o camarão, caranguejo e a ostra (PDTSAM).

Em recente levantamento realizado pela equipe de técnicos do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Norte do Brasil (CEPNOR)/IBAMA, constata-se a riqueza de espécies de interesse comercial existente nos manguezais do Marajó. Entre os crustáceos foram identificadas espécies de caranguejos: aratu ou sarará (*Aratus pisonii*), caranguejo uca (*Ucides cordatus*) e o chama-marés (*Uca sp.*); de camarão: camarão canela ou regional (*Macrobrachium amazonicum*); de siri: siri azul (*Callinectes sp.*); de isópode: turu (*Limnoria lignorum*). Das espécies de moluscos encontradas destaca-se os caramujos e mexilhões, mas existe ainda o turu, muito apreciado na região; enquanto os peixes os mais encontrados são tainha, baiacu,

sardinha de gato, branquinha, sardinha, matupiri, pirapema, arraia, bagre, camurim, jandirá, pacamun e pescada branca.

2 - CONTEXTO HISTÓRICO DA REGIÃO: aspectos socioeconômicos e culturais

Figura 3: Mapa Território do Marajó



Fonte: SDT/MDA: 2010.

2.1 - Os primeiros habitantes: história e cultura

A ocupação humana no Arquipélago do Marajó é bastante remota. Não existem testemunhos escritos sobre o modo de vida dos habitantes pré-coloniais no Marajó. Recentemente passou-se a conhecer outros tipos de ocupações, anteriores e posteriores àquela que veio a ser chamada de Fase Marajoara. As culturas pré-coloniais do Marajó foram importantes porque a ilha favoreceu um modo de vida sedentário desde épocas bastante remotas (pelo menos 5.000 anos a.C. se considerarmos os sambaquis), tendo assistido à chegada de outros contingentes populacionais e crescimento cultural quase ininterrupto até a chegada dos europeus no século XVI.

O desenvolvimento de sociedades complexas a partir do século V a.C (cultura marajoara) parece similar ao restante da bacia Amazônica, onde sociedades complexas surgem cinco séculos mais tarde.

A cerâmica encontrada em antigos cemitérios indígenas da ilha por "caçadores de tesouros" tem destruído esse patrimônio ainda pouco conhecido sobre as sociedades que ali viviam, o que levanta a necessidade de se realizar pesquisas sistemáticas ou mesmo o controle e a proteção para a preservação dos sítios arqueológicos existentes na região. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) identifica os tipos de sítios encontrados no Marajó:

a) Sambaquis: Foi registrado o sambaqui encontrado no município de Curralinho, chamado Araçacar e recentemente foram localizados outros dois sambaquis, muito próximos à cidade de Cachoeira do Arari. Nenhum destes sambaquis foi estudado, mas se for considerada a antigüidade de sítios semelhantes encontrados na costa norte do Pará, pode-se supor que tenham entre 3 e 5 mil anos de idade. Seriam, portanto, representantes da mais antiga ocupação da ilha (PDTSAM, 2007, p.16).

b) Sítios de horticultores: diversos sítios pequenos dispersos pela ilha parecem atestar um modo de vida caracterizado pela horticultura ou manejo de plantas, coleta, caça e pesca. Seriam sociedades relativamente autônomas, organizadas em pequenas vilas familiares, vivendo de uma economia generalizada de subsistência. As datações obtidas para estas ocupações mostram uma ocupação de 1500 a.C. a 900 a.C. e, depois de um hiato, uma nova ocupação de 1 a 800 d.C.

c) Construtores de tesos: sociedades complexas: são sociedades que se caracterizaram pelo manejo de terra e de recursos hídricos, construindo barragens, lagos e tesos, além de caminhos que os ligavam. Espalharam-se por toda a ilha, especialmente na área de campos, junto a cabeceiras de rios e igarapés, mas ocupando também a área de floresta. Recentemente, foram encontrados também sítios da cultura marajoara no extremo noroeste da ilha, ainda não registrados.

d) Sítios Aruã: Seriam os sítios dos Aruã proto-históricos chegados à ilha por volta do século XIV e que teria entrado em conflito com as populações marajoaras. São sítios pouco profundos, com fragmentos de cerâmica de decoração rude. Nas ilhas ao norte e no Amapá, sítios da fase Aruã têm urnas funerárias antropomorfas, pintadas em vermelho e branco.

e) Sítios coloniais ou de contato: são sítios da época do contato com os europeus. São vilas, igrejas, engenhos, fazendas, chalés, com estruturas arquitetônicas e outras evidências materiais datadas do período colonial. Estes remanescentes testemunham um longo processo histórico ocorrido na ilha, e podem oferecer subsídios à compreensão de aspectos de sua dinâmica cultural, como por exemplo, as formas de contatos inter-étnicos havidos entre os povos nativos, europeus e africanos.

f) Sítios potenciais: dentre sítios a serem ainda descobertos e registrados, espera-se encontrar novos tipos de ocupações em áreas ainda não conhecidas, como é o caso das áreas de florestas do noroeste da ilha. Marajó, em tupi significa “barreira do mar”. A etnia que teve grande importância para a formação de sua população os indígenas, mas que passaram por um processo de miscigenação desde a época da colonização, quando grande parte foi dizimada devido a “guerras” ocorridas entre os portugueses e os Aruãs

ou Aruac e Nhambiquaras, nações indígenas bastante numerosas que habitaram a, então, Ilha Grande de Joanes. Essa população foi duramente escravizada pelos portugueses que tomaram para si grandes áreas de terras por meio de concessões de sesmarias. Entre 1721 e 1740 foram distribuídas mais de 50 sesmarias.

Desde o período colonial, a Região Amazônica integrou-se ao mercado mundial como frente de exploração mercantil. A trajetória socioeconômica da mesorregião do Marajó processou-se de forma cíclica, com sucessivas fases de expansão e recessão econômica, baseadas principalmente no comportamento da pecuária (nas áreas de campos naturais da ilha do Marajó), do extrativismo (nas áreas de floresta) e da agricultura de subsistência.

As fazendas e engenhos do século XVIII e XIX continuaram a utilizar-se largamente do trabalho de escravos e indígenas. Nas fazendas de gados e búfalos era utilizada como força de trabalho tanto escravos quanto homens livres, estes últimos indígenas e mestiços. A resistência à escravidão mediante fugas deu origem à formação dos quilombos e mocambos nas várias regiões do arquipélago.

Baseado em documentos históricos, mostra-se que no decorrer do século XVIII foram muitas as situações e movimentos de fugas da população escravizada, composta tanto por negros quanto por índios. Ressalta-se que por volta de 1823, a população de negros, indígenas e mestiços na ilha correspondia a mais de 80% da população local.

A economia marajoara dependia da exploração de vários produtos naturais, principalmente da coleta da borracha, da castanha do Pará, do timbó, da madeira e da pesca. A agricultura era desenvolvida como atividade exclusiva para o consumo da população local. A dependência em relação às atividades extrativistas determinou o padrão de localização da população da ilha, de tal forma que a maioria da população se distribuiu por pequenos povoados, localizados geralmente nas confluências dos rios e igarapés.

Tais povoados raramente contavam com mais de 200 habitantes que se dispersavam durante a safra da borracha. Segundo Oliveira Junior (1991), no decorrer dessa atividade foram estabelecidas relações sociais de produção e de comercialização através do sistema de aviamento, durante o período de valorização econômica da borracha (1830-1912) e que se mantém até hoje.

No presente, os descendentes dessa população de índios e negros vivem em situação extremamente vulneráveis devido praticarem atividades extrativistas, roças e pesca. Eles têm resistido para permanecer em seus territórios ocupados a séculos ou o fazem muitas vezes no interior das fazendas nos campos do Marajó (PDTSAM, 2007).

Até a década de 1960, a pecuária na Amazônia era praticada apenas em campos naturais, como os campos aluviais do Marajó, onde a exploração pecuária data do século XVII. Os latifúndios, surgidos nestas zonas, passaram por herança aos supostos proprietários atuais. O caráter histórico de manutenção desses latifúndios aparece também nas relações de trabalho. Os atuais vaqueiros e capatazes descendem, na maioria, de antigos escravos que passaram tecnicamente à condição de agregados e dependentes após 1888.

O pagamento de seus serviços se dá parcialmente em espécie e o restante em autorizações para pesca, caça e extrativismo, bem como para a agricultura de subsistência e para a pecuária em pequena escala nos domínios do patrão. Ademais, não é rara a prática do aviamento, isto é, do endividamento do vaqueiro no armazém da fazenda.

A partir da década de 1970, outro sistema pecuário é implantado na Amazônia, também com base no latifúndio, com pastagem cultivada em áreas desmatadas. Este processo de substituição ecológica implicou numa queda substantiva da participação do latifúndio tradicional no rebanho total da Amazônia. No Pará, por exemplo, de 1974 a 1994, o rebanho bovino cresceu (54,7%), sendo que no mesmo período a participação dos latifúndios tradicionais marajoaras passou de (38,13%) para (6,86%).

A produtividade comparativamente baixa dos latifúndios tradicionais e os baixos lucros que proporcionam – de US\$2,00 a US\$7,00 por hectare/ano contra US\$14,00 por hectare/ano nas fazendas com pastagem cultivada tem colocado o latifúndio tradicional em desvantagem com relação ao latifúndio recente. Soma-se a isto o inevitável parcelamento da terra por meio de herança, problema pouco expressivo nas zonas de expansão agropastoril.

Quanto aos ribeirinhos, esses apresentam um padrão de distribuição humana que se dá ao longo dos cursos dos rios e igarapés presentes no arquipélago. A produção extrativa e os recursos tecnológicos disponíveis conferem à dinâmica da natureza local, o papel de forte determinante em sua vida e seu trabalho. As atividades econômicas dos ribeirinhos se caracterizam pela extração de madeiras brancas (virola, pau mulato, sumaúma), do açaí (fruto e palmito), da borracha, pela pesca de peixes e camarões, e pela produção de produtos agrícolas, voltados principalmente para o consumo familiar (milho, melancia, arroz). Por outro lado, nos municípios onde a resistência dos trabalhadores ribeirinhos não foi suficiente para que os mesmos possuíssem o domínio das terras onde vivem, ainda existem relações de trabalho tais quais às existentes na época áurea da borracha (PDTSM, 2007).

Acrescente-se que em comunidades remanescentes de quilombos, os quilombolas, a exemplo de Salvaterra, a produção e o beneficiamento da mandioca é insuficiente para atender a demanda interna no Marajó, sendo necessária a compra de 75% de seu consumo, trazido de Belém.

2.1.1 Síntese do histórico de formação dos Municípios do Marajó

O município de Afuá teve sua origem por volta de 1845, denominado na época Santo Antônio. No ano de 1870, suas terras foram doadas para a formação de uma capela, que iria do igarapé divisa no Rio Marajó, descendo pelo Rio Afuá, até o Igarapé Jaranduba, no Rio Cajuuna, onde se iniciou a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição do Afuá, concluindo-a em 1871. Em 1890, a região obteve categoria de vila e município, cuja instalação ocorreu no mesmo ano, tendo seus habitantes recebido o nome de “afuaenses”.

Anos antes da chegada dos europeus, em toda região oeste da ilha de Marajó banhada pelo rio Anajás viviam índios da etnia Anajás. O que atualmente é chamada a cidade de Anajás, naquela época era chamada Mocoões. Esta região também catequisada pelos jesuítas pertenceu ao município de Chaves e, em seguida, ao Município de Breves, anexada em 1869. Em 1870 é transformada em Freguesia Menino de Deus do Rio Anajás, extinta em 1878.e anexada ao município de Breves. Em 1880, a freguesia é recriada com mesmo nome. A Freguesia Menino de Deus do Rio Anajás passou a se chamar Freguesia de Anajás, por uma lei provincial em 1886. Foi elevada à categoria de município de Anajás em 1895. Em 1930, o município foi extinto e seu território anexado ao município de Afuá. Em 1938, é recriado o município de Anajás.

Com relação ao município de Bagre é desconhecida parte de sua história, mas o que se destaca é que a cidade fica localizada na zona fisiográfica do rio Jacundá-Pacajá. Sabe-se, porém que suas terras pertenciam ao município de Oeiras quando, em 1879, foi erguida uma capela, que posteriormente passou à jurisdição do município de Melgaço. Na ocasião, a localidade já contava com o povoamento denominado Bagre que, 1887, adquiriu predicado de Freguesia. Sua emancipação político-administrativa ocorreu, definitivamente, no ano de 1961.

O município de Breves teve seu início no período colonial, na chamada Missão dos Bocas, quando dois irmãos portugueses se instalaram com toda a sua família na região em que lhes foi concedida uma sesmaria entre 1738 e 1740. Em 1850, lhe foi conferida a categoria de Freguesia, com nome de Nossa Senhora Santana de Breves, o

lugar pertenceu, sucessivamente, a Melgaço e Portel. Entretanto, sua delimitação foi estabelecida no governo de Augusto Montenegro. A denominação que gerou o nome do município vem do sobrenome dos irmãos portugueses Manoel e Ângelo Fernandes Breves em 1882.

O município de Curralinho teve suas origens em uma fazenda particular, cujos proprietários dispunham de muitas relações comerciais, que em meados do século XIX, o local onde ficava a fazenda constituía-se num porto de parada obrigatória das embarcações e dos famosos regatões, que subiam o rio. Assim, a localidade prosperou, e, em 1850, adquiriu categoria de Freguesia sob a inovação de São João Batista de Curralinho. Obteve a categoria de vila em 1856 e teve sua sede transferida para onde está atualmente o município. O topônimo de origem portuguesa é diminutivo de “curral”. Aos habitantes locais dá-se o gentílico de “curralinhenses”. O município de Gurupá historicamente foi habitado por índios, até que, em uma época que muitos historiadores desconhecem os holandeses ali se estabeleceram erguendo feitorias e portos fortificados, à margem direita do rio Amazonas.

A origem do município de Melgaço, na zona fisiográfica do rio Jacundá, inicia por volta de 1653, através da fundação da aldeia de Varycuru, também chamada Guarycuru e Arycuru, pelo padre Antônio Vieira conjuntamente com os índios Nheengaibas. Após a expulsão dos padres jesuítas do domínio português, em 1758, a então aldeia de Arycuru foi elevada à categoria de vila com o nome de Melgaço. Dessa forma, essa localidade passou a ser constituída como Freguesia de São Miguel. Em 1936, Melgaço novamente foi extinta e o seu território foi anexado ao município de Portel. Entretanto, com a expansão da produção da borracha, da seringa, do leite da maçaranduba e outras extrações vegetais, a localidade prosperou, e, em 1961, tornou-se unidade autônoma, tornando-se município de Melgaço.

A história de Portel teve início com uma aldeia de índios, reorganizada pelo Padre Antônio Vieira, juntamente com os silvícolas da tribo Nheengaiba. Posteriormente o fundador entregou-a a direção dos Padres da Companhia de Jesus, que lhe deram a denominação de Arucará. No ano de 1833, a então vila foi extinta, ficando o seu território anexado ao do município de Melgaço até 1843, quando readquiriu o nome de Portel, cuja reinstalação ocorreu dois anos depois. O seu topônimo de origem portuguesa quer dizer “porto pequeno”, e os habitantes locais chamados de “portelenses”.

O início da história do município de São Sebastião da Boa Vista é desconhecida por muitos historiadores. Em 1758, já figurava como Freguesia de São Sebastião,

porém, anos depois, a localidade foi anexada ao território da Freguesia de São Francisco de Paula, no município de Muaná, até 1868, quando lhe foi restituído o título, e em 1943 o município foi desmembrado de Muaná para constituir-se em unidade autônoma. O seu topônimo de formação portuguesa foi dado à localidade em homenagem ao padroeiro local, tendo seus habitantes a denominação de “boavistenses”.

O município de Cachoeira do Arari surgiu no período colonial, com a chegada dos jesuítas a partir de 1700, quando se iniciou a colonização da região do Rio Ararí, fundando-se as fazendas de gado pertencentes à Missão, em terras do médio e alto Ararí. Em 1747, com o crescimento demográfico e da pecuária, foi erguida a Paróquia de Cachoeira nas terras de um fazendeiro o qual fundou a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira, subordinada à Vila Nova de Marajó. Em 1924, o Município de Cachoeira do Arari foi elevado à categoria de cidade.

A origem do município de Chaves está relacionada com o desenvolvimento da catequese, nos tempos coloniais, na aldeia dos índios Aruans que habitavam todo o litoral da ilha de Marajó. Os Capuchos de Santo Antonio instalaram-se no local onde existiam as principais aldeias e fundaram uma missão, onde passaram a catequizar os índios, a exemplo do que faziam em outros pontos da ilha do Marajó. Em 1755, tornou-se aldeia e em 1757 elevou-se à categoria de Vila. No final do século XVIII, Chaves tornou-se um centro militar, dispondo de grande guarnição, devido a sua posição estratégica, às proximidades da foz do Amazonas, para garantir o domínio luso na ilha de Marajó. Em 1833, substituiu-se a denominação da vila de Chaves pela de Equador, nome que permaneceu até 1844. Em 1864, o Governo da Província foi autorizado a marcar os limites do Município, restituindo-se o seu antigo nome.

O município de Muaná teve sua origem numa fazenda que, posteriormente transformou-se em povoado até ser elevada à categoria de Freguesia, com o nome de São Francisco de Paula, em 1757. Em 1833 foi elevada à categoria de Vila, Muaná ganhou a categoria de Cidade pela Lei nº 324, de 6 de julho de 1895, durante o governo de Lauro Sodré. O território do município de Muaná foi acrescido dos distritos de Atatá, Santa Bárbara e São Sebastião da Boa Vista. Com a divisão territorial do Estado, que passa a vigorar no período de 1939-43, os distritos Atatá e Santa Bárbara foram extintos, sendo anexados como zonas ao distrito-sede de Muaná, que, por sua vez, perdeu a zona de Pracuúba, transferida para o distrito de São Sebastião da Boa Vista.

Com a criação do município de São Sebastião da Boa Vista, em dezembro de 1943, Muaná também perdeu o distrito com esse nome, ficando incorporada a Muaná a zona de Pracuúba. Com a divisão territorial fixada para vigorar no período de 1944-48,

o município de Muaná passa a ser constituído apenas pelo distrito-sede. Atualmente, é constituído pelos distritos de Muaná (sede) e São Francisco de Jararaca.

Em 1833, com a nova divisão da Província do Pará em termos de comarcas, Ponta de Pedras teve o seu território anexado ao do município de Cachoeira. Essa situação perdurou até 1877, quando dali desmembrou-se para ser erigido em Vila e Município. Entretanto, em 1930, em virtude da criação do município de Arari, mais tarde Itaguari, os municípios de Ponta de Pedra e Cachoeira foram extintos e os seus territórios passaram a integrar ao da nova unidade autônoma, até que, em 1938, Itaguari passou a chamar-se Ponta de Pedras. O nome foi dado ao município em virtude do acúmulo de pedras existentes ao seu redor. Já Itaguari, de origem indígena, significa “rio do morador das pedras” ou “rio das barreiras”. Aos habitantes do lugar dá-se o gentílico de “ponta-pedrenses” ou “itaguarienses”.

O Município de Santa Cruz do Arari, localizado às margens do Lago Arari é de recente criação. Entretanto, a sua emancipação político-administrativo somente ocorreu, em 1961, quando se desmembrou dos municípios de Ponta de Pedras e Chaves. Em divisão territorial datada de 1963, o município é constituído do distrito sede e assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.

O município de Salvaterra foi colonizado por volta do século XVIII, pelos frades jesuítas que se instalaram na vila de Monsarás, a sede do município. Entre os povos que habitavam esta região na época, predominava os índios da etnia Sacaca descendente dos Aruans, etnia indígena das mais importantes no Brasil, que deixaram uma herança de grandes obras de arte em cerâmica que se desenvolveu ao longo dos anos em toda a ilha do Marajó. Em 1961, foi elevado à categoria de município com a denominação de Salvaterra, desmembrado de Soure.

O município de Soure originou-se do povoado de Monforte, o qual era habitado por índios maruanazes e mundis, pertencentes à etnia dos Aruãs. No início do século XVII, com a chegada dos padres de Santo Antônio, o povoado passou a se chamar de Menino Deus. O nome Soure, foi dado pelos primeiros colonizadores portugueses, oriundos de uma antiga vila de Concilia, do Distrito de Coimbra.

2.1.2 Aspectos Culturais do Marajó

A cidade de Cachoeira do Arari tem uma história vinculada à religião, ao turismo cultural e ao ecoturismo. Possui alguns pontos turísticos que são mais visitados

e merecem destaques como: Casa do Artesão, Museu do Marajó Padre Geovanne Gallo, lago do Diamantina, Sesquicentenário de Cachoeira do Arari e a Festividades de São Sebastião.

As festividades religiosas do município de Chaves constituem importantes eventos na região. No mês de janeiro se homenageia São Sebastião de Arapixi e no mês de junho, comemora-se o santo padroeiro da cidade, Santo Antonio. As duas festas são promovidas pela população e apresentam manifestações tanto religiosas (procissão, novenário, etc.), como profanas (arraial, leilão, etc.). As manifestações culturais são pouco expressivas em Chaves, destacando-se, apenas, o Carimbó.

Em Muaná encontram-se pontos turísticos que merecem destaques: Igreja São Francisco, São Benedito, Praças Cipriano Santos, Praça da Bandeira, Praça 28 de Maio e Justos Chermont, a festividade turística religiosa é São Francisco de Paula.

A cidade de Ponta de Pedras é rica em história e o turismo religioso que merece destaque é a festa de São Francisco de Assis. Já a diversidade cultural de Salvaterra é imensa. Quanto ao potencial turístico, merece destaque o ecoturismo, a festividade mais importante do município é a do Círio de Nossa Senhora da Conceição, além das festas tradicionais destacando o turismo cultural, juntamente com o artesanato e alguns patrimônios históricos são considerados patrimônios históricos de Salvaterra.

Em Santa Cruz do Arari merecem destaque os patrimônios culturais, turismo religioso com a festividade de Nossa Senhora de Nazaré, o artesanato que é todo confeccionado em escama de peixe, o lago Arari e o rio Mocoões. Em Soure o turismo religioso, o artesanato e a gastronomia merecem destaque. Além de igrejas, coretos, praças e casas antigas, o município chama a atenção por suas ruas largas e sombreadas por mangueiras. O búfalo é o grande símbolo do município, eles pastam tranquilamente pelas ruas da cidade e são utilizados como meio de transporte.

O município de Afuá tem como manifestação cultural de caráter religioso, a festa da santa padroeira, Nossa Senhora da Conceição, a qual a festa acontece no terceiro domingo do mês de outubro. Assim, por muito tempo a festividade vem se constituindo como o Círio do Município, com a realização da procissão e a instalação do arraial em torno da igreja. Afuá também possui como destaque em sua manifestação cultural o artesanato, que é basicamente, produzido em cipó e argila, ou seja, são fabricadas peças de caráter decorativo, como vasos, abajures e outras. Os únicos espaços culturais existentes no Município são a Biblioteca Pública e a Casa da Cultura. Destaca-se o Festival do Camarão que ocorre na última semana do mês de julho onde a cidade dobra o número de pessoas, recebendo mais de 30 mil visitantes. Esta cidade tem

sua construção quase que totalmente com casas de madeira palafitadas, sendo proibido o transporte motorizado e usado somente bicicletas.

Anajás possui como maior festa tradicional a do Menino Deus que é considerado pela população local, como sendo o protetor do Município. Ela acontece entre os dias 16 e 25 de dezembro, com uma procissão de encerramento. O município também possui como manifestação da cultura popular o carimbó e os bois-bumbás. Os grupos típicos geralmente fazem suas apresentações no mês de junho, durante a quadra junina. O Artesanato também é bastante difundido como aspecto cultural, tendo como produtos principais cestas, vasos e esteiras.

O município de Bagre possui a sua memória cultural e histórica intimamente ligada ao município de Oeiras do Pará, pois Bagre foi desmembrado do antigo município de Oeiras, ganhando autonomia municipal, em 1961. O Município possui uma cultura expressa na religiosidade, através da festa de Santa Maria, padroeira do lugar, realizada no período de 20 a 30 de maio, com Círio fluvial, arraial, ladainha e festa dançante. Os equipamentos culturais resumem-se a uma Biblioteca e uma Casa da Cultura, vinculadas à Prefeitura Municipal.

Essa manifestação religiosa é também um traço marcante na cultura dos habitantes de município de Breves, pois todas as suas festividades religiosas são comemoradas, intensamente, com fé e devoção, pela população. O município tem como cultura comemorar a festa de Nossa Senhora de Santana, a padroeira da cidade, comemorada há mais de 100 anos. No calendário da cidade comemora-se a festividade no segundo sábado do mês de julho, com a realização de novenas na igreja Matriz.

Já o município de Curralinho tem como evento religioso de maior expressão a Festa de São João Batista, comemorada no dia 24 de junho. Nesse dia são feitos diversos festejos acompanhados de procissão, novenário e arraial. A cidade também possui como patrimônio cultural a dança do carimbó e o siriá. Seu artesanato é basicamente de palha e argila, sendo que os produtos mais comuns são as bolsas, os paneiros e as cestas. Em Gurupá, o Festival da Dourada ocorre nos dias 4 a 7 de setembro e por ser um peixe típico da região a festividade tem como finalidade mostrar a importância da cultura gastronômica do povo gurupaense.

Em Melgaço a festividade de São Miguel Arcanjo, padroeiro do município e a de São Francisco de Assis são as que se destacam. Em sua festividade ocorrem festas dançantes, arraiais, procissões e feiras de artesanato e comidas típicas. Nos meses de junho e julho, ocorre, com mais frequência, a exibição de grupos de danças típicas, como bois-bumbás, quadrilhas e de “Dança do Japim”. No município também são

realizados outras festividades de caráter cultural, como por exemplo, Festival do Peixe e o Festival da Mandioca.

Em Portel é considerada a manifestação de maior expressão religiosa a festa da padroeira Nossa Senhora da Luz, cuja procissão ocorre no dia 2 de fevereiro. Bois-bumbá, quadrilhas e o carimbó constituem-se também como principais manifestações de cultura popular do município. O artesanato é constituído, basicamente, de peças confeccionadas em tala e argila. Os produtos mais destacados são os paneiros, os vasos e os alguidares. No município de São Sebastião da Boa Vista a única manifestação religiosa de que se tem conhecimento é a festa do Padroeiro São Sebastião, comemorado pela população no dia 20 de janeiro.

3. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS NO MARAJÓ: crescimento e distribuição da população

Além das condições determinadas pelo ambiente geográfico e pelas técnicas utilizadas para a exploração dos recursos, há outros fatores que imprimem características marcantes a esta população, dentre as quais se destacam a formação étnica e cultural. O Censo Demográfico de 2010 mostra que o arquipélago do Marajó possuía 487.161 habitantes. Os aspectos demográficos dos municípios do Marajó mostram perenidade nos padrões de ocupação e uso do solo, configurando uma história que guarda relação com traços político-culturais da sociedade colonial, que ainda hoje geram impactos na vida das populações locais.

Na tabela 4 abaixo é possível visualizar a população de cada município, com sua extensão e densidade demográfica. Destes, o município de Chaves possui maior extensão e menor densidade demográfica em relação aos demais. Quando se avalia a população residente encontra-se em Breves o maior número de habitantes, seguido por Portel e Afuá. Isto significa que o processo de ocupação e uso do solo é mais concentrado, mas com baixa dinâmica das atividades sócio-econômicas, tendo em vista que o grande latifúndio inviabiliza a interiorização da diversificação da produção, com áreas praticamente intocadas.

Tabela 4: Municípios, população, extensão territorial e densidade demográfica do Marajó

Município	População Geral – 2010 (habitantes)	Extensão Territorial (Km²)	Densidade Demográfica (hab/Km²)
Afuá	35.017	8.373	4,18
Anajás	24.771	6.922	3,58

Bagre	23.855	4.397	5,42
Breves	92.865	9.550	9,72
Cachoeira do Arari	20.460	3.102	6,60
Chaves	21.138	13.085	1,62
Curralinho	28.582	3.617	7,90
Gurupá	29.060	8.540	3,40
Melgaço	24.789	6.774	3,66
Muaná	34.237	3.766	9,09
Ponta de Pedras	25.989	3.365	7,72
Portel	52.166	25.385	2,06
Salvaterra	20.184	1.044	19,34
Santa Cruz do Arari	8.163	1.075	7,59
São Sebastião da Boa Vista	22.890	1.632	14,02
Soure	22.995	3.513	6,55
Total Marajó	487.161	104.606	4,66
Total Pará	7.588.078	1.247.689	6,08

Fonte: IBGE/2010.

O ritmo de crescimento da população do Marajó assemelha à média verificada para todo o Estado do Pará, e um pouco acima da média nacional. Entre 1991 e 2000, cresceu à razão de (2,05%) ao ano. O fato significativo em relação ao crescimento populacional diz respeito as taxas de fertilidade e de natalidade.

A distribuição da população do Marajó apresenta pequeno predomínio da população rural com (56,59%) de acordo com o IBGE, 2010, enquanto que a média do país é de (16%). De acordo com a tabela 5, dos dezesseis municípios, apenas três (Breves, Soure e Salvaterra) possuem população urbana superior à rural.

No Marajó, tradicionalmente, os grandes latifundiários destinam uma pequena parte de “suas terras” para o trabalho do vaqueiro, para que possam construir suas moradias e desenvolver pequena produção de subsistência, em troca dos cuidados com a fazenda. No caso de Soure, um dos fatores que pode explicar o inchaço populacional na área urbana, ocorrido na última década, se deve ao fato da atuação do Ministério do Trabalho junto aos fazendeiros da região devido aos mesmos não regularizarem a situação trabalhista dos vaqueiros e de suas famílias.

Neste sentido o que se observa é um processo de migração destes para a cidade com a formação das chamadas ‘invasões’ de terrenos próximos às áreas de periferia, muitas vezes, sem qualquer planejamento, o que vem incorrendo em casos de intensa vulnerabilidade social dessa população.

Tabela 5: Dados demográficos com acréscimo das populações urbanas e rurais do Marajó

Município	Total da População	Total de Homens		Total de Mulheres		Total da População Urbana		Total da População Rural	
Afuá	35.017	18.449	52,69%	16.568	47,31%	9.478	27,07%	25.539	72,93%

Anajás	24.771	12.968	52,35%	11.803	47,65%	9.492	38,32%	15.279	61,68%
Bagre	23.855	12.136	50,87%	11.719	49,13%	10.652	44,65%	13.203	55,35%
Breves	92.865	47.780	51,45%	45.085	48,55%	46.561	50,14%	46.304	49,86%
Cachoeira do Arari	20.460	10.552	51,57%	9.908	48,43%	7.365	36,00%	13.095	64,00%
Chaves	21.138	11.216	53,06%	9.922	46,94%	2.500	11,83%	18.638	88,17%
Curralinho	28.582	15.073	52,74%	13.509	47,26%	10.938	38,27%	17.644	61,73%
Gurupá	29.060	15.402	53,00%	13.658	47,00%	9.580	32,97%	19.480	67,03%
Melgaço	24.789	13.208	53,28%	11.581	46,72%	5.499	22,18%	19.290	77,82%
Muaná	34.237	17.916	52,33%	16.321	47,67%	14.523	42,42%	19.714	57,58%
Ponta de Pedras	25.989	13.379	51,48%	12.610	48,52%	12.429	47,82%	13.560	52,18%
Portel	52.166	26.817	51,41%	25.349	48,59%	24.846	47,63%	27.320	52,37%
Salvaterra	20.184	10.292	50,99%	9.892	49,01%	12.681	62,83%	7.503	37,17%
Santa Cruz do Arari	8.163	4.145	50,78%	4.018	49,22%	4.001	49,01%	4.162	50,99%
São Sebastião da Boa Vista	22.890	11.831	51,69%	11.059	48,31%	9.907	43,28%	12.983	56,72%
Soure	22.995	11.477	49,91%	11.518	50,09%	21.009	91,36%	1.986	8,64%
Total	487.161	252.641		234.520		211.461		275.700	

Fonte: IBGE, 2010.

3.1 Configuração do Desenvolvimento Humano-Social: o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

O IDH dos municípios do Marajó no período comparativo 1991 e 2000, conforme tabela 6, mostra evolução positiva nos três indicadores e em todos os dezesseis municípios, com percentuais que chegam a mais de (100%), a exemplo de Anajás e Melgaço no IDHM Educação, exceção para o IDHM Longevidade de Melgaço que apresenta pequeno recuo.

Tabela 6: Indicadores do IDH dos Municípios do Marajó

MUNICÍPIO	1991				2000			
	IDHM	IDHM-REND A	IDHM-LONGEVI DADE	IDHM-EDUCAÇ ÃO	IDHM	IDHM-REND A	IDHM-LONGE VIDADE	IDHM-EDUCA ÇÃO
Afuá	0,419	0,271	0,640	0,345	0,612	0,494	0,745	0,598
Anajás	0,379	0,301	0,585	0,252	0,595	0,524	0,733	0,529
Bagre	0,411	0,215	0,610	0,408	0,571	0,453	0,637	0,624
Breves	0,432	0,290	0,633	0,374	0,630	0,514	0,706	0,671
Cachoeira do Arari	0,474	0,278	0,628	0,517	0,680	0,563	0,710	0,766
Chaves	0,434	0,234	0,636	0,431	0,581	0,464	0,710	0,568
Curralinho	0,449	0,328	0,619	0,400	0,596	0,468	0,655	0,666

Gurupá	0,396	0,232	0,593	0,363	0,631	0,493	0,721	0,679
Melgaço	0,349	0,227	0,610	0,209	0,525	0,431	0,598	0,546
Muaná	0,483	0,247	0,658	0,542	0,653	0,514	0,710	0,734
Ponta de Pedras	0,488	0,275	0,628	0,561	0,652	0,510	0,710	0,736
Portel	0,405	0,281	0,621	0,313	0,608	0,528	0,721	0,574
Salvaterra	0,552	0,396	0,644	0,617	0,715	0,544	0,745	0,856
Santa Cruz do Arari	0,481	0,286	0,636	0,521	0,630	0,492	0,664	0,733
São Sebastião da Boa Vista	0,482	0,263	0,648	0,534	0,666	0,484	0,734	0,779
Soure	0,565	0,426	0,636	0,634	0,723	0,564	0,747	0,858

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD, 2000.

4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Os municípios do Marajó têm garantido a estruturação de formas de vida e reprodução com baixos padrões de qualidade, tendo em vista que a falta de acesso a serviços coletivos restringem o potencial de desenvolvimento econômico sustentável. Os indicadores mostram uma dependência das famílias em relação aos programas sociais, os quais têm contribuído para apoiar o processo de organização familiar enquanto arranjos capazes de reduzir vulnerabilidades sociais.

4.1 Programas sociais: CRAS, CRES, Bolsa Família e BPC

A rede socioassistencial existente na região do Marajó, implantada pelas Secretarias Municipais de Assistência Social é constituída basicamente pelos CRAS's (Centro de Referência da Assistência Social) e CREA's (Centro de Referência Especial da Assistência Social). De maneira geral os CRAS realizam ações preventivas e de inclusão produtiva, com atividades culturais e artesanais, como a realização de cursos de crochê, pintura em tecido, corte e costura, curso de informática, etc., além de outros programas. Nos CRAS são atendidos os beneficiários do Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, Pró-jovem e PAIF (Programa de Atenção Integral a Família). No território do Marajó existem treze CREAS, em Breves e Soure na modalidade regionalizada e nos demais municípios na modalidade municipal.

A baixa capacidade de geração de emprego e renda nos municípios do Marajó, aliada ao fato da maior parte da população encontrar-se nas classes menos favorecidas economicamente, os Programas como Bolsa Família – BF e o Benefício de Prestação Continuada – BPC se constituem elementos essenciais na composição da renda familiar, na medida em que possibilitam o combate à fome e à miséria.

No entanto, pode-se observar que é possível associar outras modalidades de políticas sociais, a fim de potencializar as ações e atividades já realizadas com base nos recursos ofertados pelo BF e o BPC. Em 2006 o IPEA apontava 45.444 famílias pobres na região do Marajó. Até agosto de 2011, eram 51.548 beneficiários do Programa Bolsa Família e 6.119, do Programa BPC, como mostra a (tabela 7).

Tabela 7: Indicadores de Condições de Vida no Marajó

Municípios	Famílias Pobres - IPEA 2006	Nº Bolsa Família – Agosto/2011	Valor Repassado Mensal Agosto/2011	BPC	Valor Repassado Mensal Agosto/2011	Nº de CRAS	Nº de CREAS
Afuá	3.507	4.006	579.684	476	259.420	1	1
Anajás	2.780	3.225	487.690	287	156.386	1	0
Bagre	2.002	2.180	331.576	133	72.485	1	0
Breves	9.399	10.406	1.493.678	1.925	1.048.987	1	2
Cachoeira do Arari	1.875	2.351	303.118	152	82.840	1	0
Chaves	2.234	1.967	267.294	15	8.175	1	1
Curralinho	2.608	3.031	447.126	345	188.025	1	1
Gurupá	2.072	2.442	367.130	147	80.115	1	1
Melgaço	2.052	2.366	372.294	110	59.950	1	1
Muaná	2.876	3.339	454.686	281	153.145	1	1
Ponta de Pedras	2.590	2.981	390.148	277	150.965	1	1
Portel	4.881	5.259	756.444	911	496.495	1	1
Salvaterra	1.638	2.097	268.960	184	100.280	1	0
Santa Cruz do Arari	453	558	70.904	55	29.975	1	0
São Sebastião da Boa Vista	2.441	2.850	412.158	279	152.055	1	1
Soure	2.136	2.490	313.774	542	295.390	1	2
Total	45.544	51.548	7.316.664	6.119	3.334.688	16	13

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, 2011.

4.2 EDUCAÇÃO: do ensino fundamental ao superior

A qualidade e quantidade das escolas existentes nos municípios do Marajó são inferiores à demanda por educação, particularmente, quando se observa que os estabelecimentos se localizam nos núcleos urbanos, ficando a população rural sem condições de acessar níveis de escolaridade. No campo, quando existem escolas, as mesmas, muitas vezes, têm elevados índices de informalidade.

4.2.1 Ensino Fundamental e Médio

A rede de ensino fundamental é de responsabilidade dos municípios, com cobertura para as séries 1ª a 8ª. Há oferta do ensino médio em todos os municípios,

inclusive, em modalidades para jovens e adultos, no entanto, não há escolas destinadas somente ao ensino médio. Como observado no quadro 1, o município com maior número de escolas por nível de ensino é Breves, seguido de Afuá e Portel. Já a situação mais precária encontra-se em Santa Cruz do Arari com apenas 21 estabelecimentos de ensino.

Tabela 8: Número de Escolas por Nível de Ensino no Marajó

Municípios	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Infantil
Afuá	189	1	156
Anajás	117	1	12
Bagre	27	1	1
Breves	3.211	4	33
Cachoeira do Arari	53	3	43
Chaves	101	1	100
Curralinho	51	1	27
Gurupá	116	2	56
Melgaço	73	1	11
Muaná	39	1	6
Ponta de Pedras	64	2	55
Portel	181	2	24
Salvaterra	40	3	43
Santa Cruz do Arari	15	2	4
São Sebastião da Boa Vista	45	1	30
Soure	26	3	23
Total	4.348	29	624

Fonte: IBGE Cidades, 2009.

No Arquipélago do Marajó também existe a modalidade do ensino técnico em nível médio ofertado pelo Instituto Federal do Pará (IFPA), com um Campus Avançado no município de Breves, onde existem os cursos em Turismo, Edificações e Informática, e um Pólo em Ponta de Pedras, com cursos em Aquicultura, Edificações, Informática e Planejador e Realizador de Eventos.

4.2.2 Ensino Superior: modalidades à distância e presencial

No que tange ao ensino de nível superior como se observa no quadro 1, em sete municípios do Marajó existem esse nível de escolaridade seja na modalidade presencial ou à distancia. O Instituto Federal do Pará – IFPA está presente no município de Muaná

e São Sebastião da Boa Vista com o sistema UAB – Universidade Aberta do Brasil, na modalidade de ensino à distância, em parceria com o governo federal e municipal.

Ainda nesta modalidade, a Universidade do Estado do Pará – UEPA têm pólos em Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras e São Sebastião da Boa Vista. A Universidade do Estado do Pará também está presente no município de Salvaterra com cursos presenciais.

A Universidade Federal do Pará, com seu programa da Universidade Multicampi, também instalou campi no Marajó, um no município de Soure, onde predomina os cursos de licenciatura e outro em Breves, neste último além das licenciaturas existe o curso de bacharelado em serviço social.

Neste sentido, observa-se a necessidade de expansão do processo de implantação de cursos em nível superior nesta microrregião, além da adequação destes articulados às cadeias produtivas locais, para que possam atender demandas da formação articulados a base produtiva local, como a pesca e a aquicultura, a fruticultura, a pequena produção familiar, principalmente a mandiocultura e aquelas com conhecimentos relativos à biodiversidade. Assim, apesar das ações de instituições na região introdução do ensino superior ainda é preocupante a realidade da educação no Marajó.

Quadro 1: Cursos de nível superior no Marajó

Municípios	UFPA		IFPA		UEPA	
	Presencial	À Distância UAB	Presencial	À Distância UAB	Presencial	À Distância UAB
	Cursos	Cursos	Cursos	Cursos	Cursos	Cursos
Breves	Serviço Social, Pedagogia, Matemática, Geografia e Letras	Matemática	Agronomia e Aquicultura	-	-	-
Cachoeira do Arari	-	-	-	-	-	Letras (Português) e Matemática
Muaná	-	-	-	Pedagogia, Biologia, Saúde Pública e Tecnologia em Sistema de Informação.	-	-
Ponta de Pedras	-	-	-	-	-	Pedagogia e Matemática
Salvaterra	-	-	-	-	Tecnologia Agroindústria I (ênfase em alimentos), Ciências Naturais (habilitação em Química, Biologia e Física).	-

São Sebastião da Boa Vista	-	-	-	Geografia		Biologia, Física e Química
Soure	Biologia, História, Letras (Inglês, Alemão e Francês) e Libras.	-	-	-	-	-

Fonte: UFPA, UEPA, IFPA, 2010.

4.3 SAÚDE E SANEAMENTO: rede de atendimento

4.3.1 Saúde

A Região do Marajó, segundo a divisão da Secretaria Estadual de Saúde está representada por dois Centros Regionais de Saúde – 7º e 8º que têm sob suas jurisdições, dezesseis municípios do Arquipélago do Marajó, o 7ºCRS abrange os municípios de Afuá, Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure. Já o 8ºCRS abrange os municípios de Anajás, Bagre, Breves, Curralinho, Gurupá, Melgaço e Portel, que pertencem no PDR – Plano Diretor de Regionalização, as Regiões de Saúde Metropolitana e Ilhas Marajó.

No Marajó a assistência na Atenção Básica é deficiente, a alta rotatividade dos profissionais de saúde dificulta a implantação das Estratégias Saúde da Família em todos os municípios. Na Tabela 9, podemos observar a cobertura do Programa Saúde da Família – PSF no ano de 2009 na região do Marajó, onde o município de Muaná possui o menor percentual da população coberta por este serviço.

Tabela 9: Cobertura de Equipes de PSF, por município.

Município	População coberta	% da população coberta
Afuá	39.605	21,4
Anajás	21.779	79,5
Bagre	12.064	59,2
Breves	68.838	68,1
Cachoeira do Arari	17.916	87,8
Chaves	10.068	49,1
Curralinho	13.703	49,8
Gurupá	23.611	92,5
Melgaço	15.996	90,6
Muaná	13.289	43,5
Ponta de Pedras	21.530	81,4
Portel	36.684	75,0
Salvaterra	16.971	93,6
Santa Cruz do Arari ⁽¹⁾	-	-
São Sebastião da Boa Vista	15.405	70,4
Soure	24.173	97,6
Total do Território	351.632	

Fonte: Datasus, 2009.

(1) Dados não informados

4.3.1.1 Mortalidade

No que se refere à mortalidade geral no Marajó, com base em dados do DATASUS (2007), observa-se na tabela 10 que a maior incidência está nas doenças do aparelho circulatório (16,97%), seguida de doenças do aparelho respiratório (9,12%). Também é grande o percentual de óbitos por afecções no período perinatal (8,83%).

Tabela 10: Causas de Mortalidade Geral – Marajó – 2007

Doenças	Óbitos por Residência	%
Doenças infecciosas e parasitárias	74	7,18
Neoplasias (tumores)	85	8,24
Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	49	4,75
Doenças do sistema nervoso	20	1,94
Doenças do aparelho circulatório	175	16,97
Doenças do aparelho respiratório	94	9,12
Doenças do aparelho digestivo	38	3,69
Doenças do aparelho geniturinário	16	1,55
Gravidez, parto e puerpério.	10	0,97
Afecções originadas no período perinatal	91	8,83
Malformação congênita, deformidades e anomalias cromossômicas.	19	1,84

Fonte: DATASUS, 2007

4.4 Saneamento

4.4.1 Água

No Marajó, na maioria das vezes, o fornecimento de água para consumo da população é feito pelo próprio rio, sendo que apenas uma proporção muito pequena faz algum tratamento dela. É necessário ressaltar que o rio não serve apenas como fornecedor de água para as necessidades básicas (cozinhar, lavar roupas, banhos), mas também como depósito de dejetos fecais, o que produz consequências danosas à saúde da população. Isso denota precárias condições de saneamento ambiental.

A tabela 11 aponta que na região do Marajó, os municípios de Soure (66%), Santa Cruz do Arari (65%) e Salvaterra (57%) destacam-se com maior percentual de domicílios atendidos pelo fornecimento de água da rede geral, enquanto que os municípios de Anajás (5%), Chaves e Melgaço (13%) possuem maior carência no serviço.

Tabela 11: Percentual de domicílios segundo o tipo de abastecimento de água no Marajó - 2010

Município	Água Encanada	Poço/Nascente	Outros
Afuá	19%	3%	78%
Anajás	5%	62%	33%
Bagre	41%	21%	38%
Breves	44%	24%	33%
Cachoeira do Arari	28%	68%	4%
Chaves	13%	15%	72%
Curralinho	24%	36%	40%
Gurupá	42%	13%	45%
Melgaço	13%	23%	64%
Muaná	29%	12%	59%
Ponta de Pedras	55%	27%	18%
Portel	-	-	-
Salvaterra	57%	43%	1%
Santa Cruz do Arari	65%	11%	24%
São Sebastião da Boa Vista	38%	18%	44%
Soure	66%	25%	9%
Total do Território	41%	26%	33%

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB/DATASUS, 2010.

4.4.2 Instalação Sanitária

Com relação à instalação sanitária, observa-se na tabela 12 que Ponta de Pedras possui um percentual maior do serviço de rede de esgoto, enquanto que na maioria dos municípios o esgotamento sanitário é feito à céu aberto com destaque para Afuá (92,9%) e Chaves (88,7%). Já em Salvaterra prevalece a instalação sanitária do tipo fossa (93,8%).

Tabela 12: Percentual de domicílios segundo o tipo de instalação sanitária no Marajó - 2010

Município	Rede de Esgoto	Fossa	Céu Aberto
Afuá	0,4%	6,7%	92,9%
Anajás	0,1%	13,7%	86,1%
Bagre	0,4%	12,8%	86,8%
Breves	1,8%	24,8%	73,4%
Cachoeira do Arari	1,1%	58,7%	40,2%
Chaves	0,0%	11,3%	88,7%
Curralinho	0,1%	21,2%	78,8%
Gurupá	0,1%	29,9%	70,0%
Melgaço	0,4%	16,0%	83,6%
Muaná	0,1%	17,6%	82,4%
Ponta de Pedras	11,2%	33,1%	55,6%
Portel	-	-	-
Salvaterra	0,2%	93,8%	6,0%
Santa Cruz do Arari	0,7%	14,9%	84,4%
São Sebastião da Boa Vista	0,3%	14,8%	84,8%
Soure	2,8%	58,0%	39,3%
Total do Território	3,4%	29,0%	67,7%

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB/DATASUS, 2010.

4.4.3 Destino do Lixo

A tabela 13 demonstra que Anajás, Breves e Ponta de Pedras possuem maior percentual de domicílios com coleta de lixo. Já o município de Cachoeira do Arari possui o maior percentual onde o destino do lixo é a queima (79,7%), seguido de Salvaterra (66%). No município de Melgaço observa-se um maior percentual de destino do lixo a céu aberto (65,9%).

Tabela 13: Percentual de domicílios segundo destino do lixo no Marajó - 2010

Município	Coleta	Queima	Céu Aberto
Afuá	19,3%	48,3%	32,4%
Anajás	44,1%	36,0%	19,8%
Bagre	26,1%	18,8%	55,1%
Breves	43,6%	19,2%	37,2%
Cachoeira do Arari	9,1%	79,7%	11,1%
Chaves	7,8%	58,0%	34,2%
Curralinho	37,3%	42,3%	20,5%
Gurupá	42,9%	43,3%	13,8%
Melgaço	20,4%	13,7%	65,9%
Muaná	28,5%	51,0%	20,6%
Ponta de Pedras	38,3%	38,5%	23,3%
Portel	-	-	-
Salvaterra	27,6%	66,0%	6,4%
Santa Cruz do Arari	26,9%	43,3%	29,8%
São Sebastião da Boa Vista	41,9%	45,9%	12,3%
Soure	37,2%	60,0%	2,8%
Total do Território	33,6%	38,7%	27,6%

Fonte: Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB/DATASUS, 2010.

Conforme observado, a situação de saneamento no Marajó é precária, a exemplo do Estado do Pará e do Brasil, em que há uma necessidade de investimento de curto, médio e longo prazo, tendo em vista o baixo nível de implantação da rede de serviços básicos. Segundo (DATASUS, 2010), apenas (3,4%) dos domicílios nessa região possuem rede de esgoto, (29%) possuem fossas, na maioria o esgotamento sanitário é feito a céu aberto e/ou direto nos rios (67,7%).

A coleta de lixo também é precária apenas (33,6%) dos domicílios possuem coleta de lixo, grande parte dos resíduos é jogada a céu aberto (27,6%), o mais agravante é que em alguns casos o lixo é jogado diretamente nos rios.

5. ECONOMIA: PIB e atividades produtivas

O Produto Interno Bruto (PIB) para os municípios do Marajó totalizou R\$1,2 bilhão em 2008. O município com o maior PIB apurado foi Breves (R\$252 milhões), seguido de Portel (R\$155 milhões) e Afuá (R\$90 milhões) e os municípios com os menores PIBs são Bagre (R\$41 milhões) e Melgaço (R\$47 milhões), conforme demonstrado na (tabela 14). O único município que apresenta PIB negativo, em 2008, em relação ao ano de 2004 foi Chaves com uma queda de (-26%). Salvaterra apresentou a maior renda per capita da microrregião, já o município com menor percentual foi Curralinho.

Tabela 14: PIB e PIB Per Capita Marajó – 2004 e 2008.

Municípios	PIB 2004		PIB 2008	
	Total (R\$1.000,00)	Per Capita R\$1,00	Total (R\$1.000,00)	Per Capita R\$1,00
Afuá	82.977,00	2.403,00	89.687,00	2.770,86
Anajás	46.240,00	2.255,00	55.931,00	2.105,61
Bagre	32.160,00	2.358,00	41.373,00	2.091,67
Breves	182.528,00	2.163,00	251.684,00	2.536,55
Cachoeira do Arari	41.981,00	2.451,00	53.946,00	2.697,83
Chaves	80.584,00	4.652,00	64.131,00	3.170,42
Curralinho	27.736,00	1.229,00	51.040,00	1.899,93
Gurupá	49.347,00	1.952,00	71.266,00	2.816,16
Melgaço	28.171,00	1.149,00	46.683,00	2.595,08
Muaná	45.683,00	1.685,00	67.000,00	2.242,67
Ponta de Pedras	44.624,00	2.247,00	67.046,00	2.604,45
Portel	141.362,00	3.391,00	154.561,00	3.222,24
S. Sebastião da Boa Vista	28.052,00	1.468,00	48.929,00	2.275,89
Salvaterra	37.704,00	2.241,00	61.417,00	3.439,16
Santa Cruz do Arari	17.769,00	3.225,00	19.927,00	3.219,24
Soure	46.450,00	2.184,00	72.928,00	3.278,54
TOTAL	933.368,00	37.053,00	1.217.549,00	42.966,30

Fonte: IBGE Cidades, 2008 e SEPOF, 2008.

É importante destacar os setores econômicos que contribuem para esta realidade. Com base nos dados secundários não é possível perceber os efeitos que levam uma oscilação entre o indicador de renda e de produção. Isto porque os municípios que apresentam os melhores resultados na produção não são necessariamente aqueles que têm melhor distribuição de renda.

5.1. Principais atividades econômicas

A estrutura econômica da mesorregião do Marajó é influenciada por atividades vinculadas à pecuária, particularmente, a bubalina, cultivada nos campos naturais da Ilha do Marajó, ao extrativismo nas áreas de floresta e à pequena agricultura desenvolvida desde o período colonial. Portanto, a economia do arquipélago deve-se, em grande medida, a esses sistemas que possibilitou ainda à formação de pequenos povoados, localizados às margens de rios e igarapés.

Segundo Oliveira Junior (1991), essa formação tem a ver com as atividades desenvolvidas desde os tempos coloniais. No entanto, a economia da borracha repercutiu nas relações sociais de trabalho, devido ao intenso processo de extração e comercialização sob o regime de aviamento, portanto, a valorização da borracha pela industrialização, particularmente nos períodos de 1830 a 1912, gerou um período de dinamismo na economia regional.

Hoje a economia do arquipélago está estagnada, nem mesmo nas décadas de 1960 e 1970, quando o Brasil passou por um intenso processo desenvolvimento em "marcha acelerada" de crescimento, e no estado no Pará houve a implantação de grandes projetos agrominerais e agropastoris, estes foram localizados nas regiões do nordeste paraense, sudoeste e sudeste do estado, bem como na região do baixo Amazonas, as quais passaram por um profundo movimento de transformação de suas bases produtivas.

A região do Marajó ficou fora desse processo como pode ser observado: se o Pará, em 1974 a 1994, teve seu rebanho bovino aumentado em cerca de (5,47%), o rebanho marajoara teve queda em sua participação caindo de (38,13%) para (6,86%) (PAS, 2007).

No Marajó os principais produtos da lavoura permanente são o coco-da-baía e a banana, sendo que a microrregião do Arari é o único do território voltado à produção de coco-da-baía. Os principais produtos da lavoura temporária dessa região são abacaxi, arroz, mandioca e milho. Cachoeira do Arari e Salvaterra são os maiores produtores de abacaxi. Esses dois municípios produziram 96% do abacaxi da Mesorregião do Marajó em 2009.

Das três microrregiões do Marajó, Arari é a que tem menor produção de mandioca, registrando redução em 2009. As atividades vinculadas às lavouras permanentes e temporárias destacam-se a partir de cada município, além das demais atividades econômicas como se pode observar nas tabelas a seguir.

No que se refere à produção de coco da baía, cinco municípios do território realizam essa atividade. Na tabela 15 pode-se verificar um percentual de aumento da ordem de (188,46%) na quantidade produzida do fruto no município de Muaná,

passando a ser o segundo maior produtor da região, perdendo apenas para o município de Soure que se manteve como principal produtor em 2004 e 2006, com uma produção de 1.440 e 2.160, respectivamente, o equivalente a (50%) de aumento na produção. Já Ponta de Pedras que em 2004 apresentou a segunda melhor produção com uma quantidade produzida de 1.236, no ano de 2009 sofreu uma variação percentual negativa da ordem de (-83,82%).

Tabela 15: Lavoura Permanente no Marajó – Produção de Coco da Baía 2004/2009

Município	2004		2009	
	Área colhida (há)	Quantidade	Área colhida	Quantidade
Cachoeira do Arari	6	45	6	45
Muaná	40	624	120	1.800
Ponta de Pedras	206	1.236	100	200
Salvaterra	73	584	73	584
Soure	120	1.440	180	2.160
Total Território	445	3.929	479	4.789
Total do Pará	23.660	240.664	24.457	248.188

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2004 e 2009.

Quanto à produção de banana no Marajó, o município de Muaná apresentou um aumento em 2009 de (67%) na quantidade produzida em relação ao ano de 2004, como mostra a tabela 16. Já o município de Curralinho apresentou uma queda de (-51,92%) em relação ao mesmo período.

Tabela 16: Lavoura Permanente no Marajó – Produção de Banana 2004/2009

Município	2004		2009	
	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)
Breves	250	2.500	250	2.500
Curralinho	52	572	25	275
Gurupá	15	90	16	96
Melgaço	10	100	10	100
Muaná	30	264	50	440
Ponta de Pedras	25	250	-	-
Portel	150	1.500	150	1.500
São Sebastião da Boa Vista	200	1.600	-	-
Total Território	732	6.876	501	4.911
Total do Pará	42.234	540.312	38.925	501.344

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2004 e 2009.

De acordo com a tabela 17, a maior produção de abacaxi do Marajó concentra-se na microrregião do Arari sendo o maior produtor o município de Salvaterra. Em 2004 o município produziu 10.000 toneladas do fruto e em 2009, teve um aumento de (18,75%)

na produção. Nesse mesmo ano o município de Salvaterra foi responsável por (86%) da quantidade produzida na mesorregião do Marajó.

Tabela 17: Lavoura Temporária no Marajó– Produção de Abacaxi 2004/2009

Município	2004		2009	
	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)
Anajás	5	50	5	50
Breves			5	50
Cachoeira do Arari	61	1.525	60	1.500
Curralinho	8	80	10	100
Gurupá	7	49	12	240
Portel	7	70	7	70
Salvaterra	400	10.000	475	11.875
Total Território	488	11.774	574	13.885
Total do Pará	12.444	315.428	9.978	241.098

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2004 e 2009.

A tabela (18) mostra que os dados relacionados ao cultivo do arroz apresentam um quadro bastante irrisório no Marajó, onde em 2009 correspondeu a apenas (0,11%) da produção do estado. Na região do Arari apenas 4 municípios apresentaram produção em 2004, enquanto que em 2009 esse número caiu para apenas dois município. Observa-se que Salvaterra manteve tanto a área colhida quanto a quantidade produzida. Ao analisar o ano de 2009, observa-se que Ponta de Pedras apresentou queda de (40%) na área colhida e (80%) na quantidade produzida em relação ao ano de 2004. O destaque fica para o município de Portel que manteve sua produção no período nesse mesmo período. No entanto é importante ressaltar a recente introdução do cultivo intensivo de arroz na região, o que poderá mudar o quadro dessa produção no Marajó.

De fato, no Município de Cachoeira de Arari, a chegada recente de um grande fazendeiro produtor de arroz, expulso da área indígena de Raposa do Sol, no Estado de Roraima, o qual vem comprando grande quantidade de terras neste município e aplica agroquímicos com uso de avião, contaminando áreas com produção agroecológica e sendo denunciado ao IBAMA. Observa-se que vem ocorrendo tensionamento na relação entre os habitantes locais e este fazendeiro.

Tabela 18: Lavoura Temporária no Marajó – Produção de Arroz 2004/2009

Município	2004		2009	
	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)
Cachoeira do Arari	2	2		
Gurupá	44	65	50	80
Melgaço	60	72	40	48

Muaná	40	24		
Ponta de Pedras	10	15	6	3
Portel	150	180	150	180
Salvaterra	5	2	5	2
São Sebastião da Boa Vista	1	3	15	9
Total Território	312	363	266	322
Total do Pará	297.065	636.645	156.347	302.989

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2004 e 2009.

A produção de mandioca é pouco significativa na região no Marajó, onde se observa na tabela 19, que a produção em 2009 do território correspondeu a apenas a (0,60%) da produção total do estado do Pará. Quando se analisa a microrregião do Arari, esta correspondeu a (7%) da produção do território em 2009, onde se verificou um decréscimo referente à (23%) em relação ao ano de 2004. Cinco municípios do Arari apresentam produção de mandioca, sendo Muaná o maior produtor em 2004 e 2009, com 960 e 1.200 toneladas respectivamente e aumento de (25%) de um ano para outro.

Todos os demais municípios dessa região apresentaram decréscimo na produção em relação aos anos analisados 2004/2009. O destaque do território fica para a Microrregião do Furo de Breves onde o município de Breves apresenta maior produção de mandioca. Outro município que se destaca na produção de mandioca é Portel sendo o segundo maior produtor do Marajó no ano de 2009.

Tabela 19: Lavoura Temporária no Marajó – Produção de Mandioca 2004/2009

Município	2004		2009	
	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)
Anajás	50	500	100	1.000
Bagre	120	1.200	90	900
Breves	800	8.800	750	8.250
Cachoeira do Arari	51	612	33	330
Curralinho	100	1.000	100	1.000
Gurupá	300	3.900	300	4.500
Melgaço	200	2.000	210	2.100
Muaná	80	960	100	1.200
Ponta de Pedras	50	500	25	250
Portel	400	4.400	400	4.400
Salvaterra	45	450	20	200
São Sebastião da Boa Vista	350	3.500	300	3.000
Soure	2	50	0	0
Total Território	2.548	27.872	2.428	27.130
Total do Pará	298.400	4.445.522	289.980	4.548.748

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2004 e 2009.

De acordo com a tabela 20, 13 municípios do Marajó produzem milho, onde o destaque é para a microrregião do furo de Breves com o município de Breves, no entanto observa-se que este apresentou um decréscimo na área colhida e em consequência também na quantidade produzida em relação ao ano de 2004 para o ano de 2009. Na microrregião do Arari Ponta de Pedras foi o único município a apresentar um aumento na produção em 2009, com (44%) em relação ao ano de 2004, mesmo tendo sofrido uma queda na área colhida de (57%) em 2009. Os demais (Cachoeira do Arari e Soure), não apresentaram produção em 2009 e Salvaterra manteve a mesma de 2004. Já Muaná foi o município que registrou a maior queda tanto na área colhida (85%) quanto na quantidade produzida (84%).

Tabela 20: Lavoura Temporária no Marajó – Produção de Milho 2004/2009

Município	2004		2009	
	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)	Área colhida (ha)	Qt. Produzida (t)
Anajás	60	60	80	80
Bagre	85	51	100	60
Breves	250	150	100	60
Cachoeira do Arari	10	4		
Curralinho	60	36	80	48
Gurupá	15	12	35	28
Melgaço	15	10	10	6
Muaná	80	32	12	5
Ponta de Pedras	30	9	13	13
Portel	200	120	200	120
Salvaterra	10	8	10	8
São Sebastião da Boa Vista	30	30	30	24
Soure	10	10		
Total Território	855	532	670	452
Total do Pará	294.222	570.311	240.387	552.104

Fonte: IBG, Produção Agrícola Municipal, 2004 e 2009.

A participação da região do Arari na criação de bovinos, bubalinos e suínos é a maior do território do Marajó. A tabela 21 registra que em 2009 a microrregião apresentou crescimento na pecuária bovina (28,79%) e bubalina (6,45%) em relação ao ano de 2004. No entanto a suinocultura apresentou queda de (-27,30%) nesse mesmo período, onde se observa que Muaná contribuiu para esse decréscimo ao apresentar uma retração em sua produção referente à (-72,60%). Nos anos de 2004 e 2009, a produção de bovinos no Arari correspondeu a (89%) e (91%) respectivamente do total do território.

O município de Chaves se destaca como maior produtor de bovinos e bubalinos no Marajó, mesmo tendo sofrido uma queda referente a (14,28%), em 2009. Já nas demais microrregiões Furo de Breves e Portel se destacam o município de Afuá na produção de suínos e o município de Portel na produção de bovinos. Em termos percentuais, Salvaterra foi o município em que as três atividades apresentaram um aumento bastante significativo da ordem de (127,34%) para bovinos, (291,65%) para bubalinos e (414,85%) para suínos, como observado na tabela 21.

Tabela 21: Número efetivo de cabeças Bovina, Bubalina e Suína do Marajó – 2006/2009.

Município	2006			2009		
	Nº de Cabeças			Nº de Cabeças		
	Bovinos	Bubalinos	Suínos	Bovinos	Bubalinos	Suínos
Afuá	2.303	1.426	32.613	4.200	3.040	42.000
Anajás	108	1.365	4.201	820	6.540	8.050
Bagre	409	810	3.317	1.610	450	6.950
Breves	625	84	4.856	2.032	294	10.435
Cachoeira do Arari	36.757	23.273	4.504	49.211	36.345	5.397
Chaves	74.544	94.637	21.433	83.744	81.120	24.928
Curralinho	589	61	11.576	153	275	4.482
Gurupá	4.384	4.103	6.604	4.904	5.900	5.859
Melgaço	1.755	367	685	1.612	295	4.350
Muaná	10.895	25.198	60.942	15.375	29.000	16.700
Ponta de Pedras	27.684	36.224	3.766	40.900	28.422	6.036
Portel	17.011	273	3.595	10.950	810	6.630
Salvaterra	6.943	4.082	1.825	15.784	15.987	9.396
Santa Cruz do Arari	22.725	14.250	3.075	35.438	24.571	4.992
São Sebastião da Boa Vista	149	1	16.955	101	303	16.967
Soure	30.976	36.588	3.340	30.683	33.924	4.443
Total	237.857	242.742	183.287	297.517	267.276	177.615

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006 e Produção da Pecuária Municipal, 2009.

Das atividades extrativistas não madeireiras as que apresentam maior importância na região do Marajó estão, principalmente, o açaí e o palmito, uma vez que estes produtos garantem o emprego e renda para a maior parte da população. No entanto possuem uma característica muito peculiar, a sazonalidade, ou seja, dependem da estação do ano em que se tornam mais viáveis economicamente.

No Marajó, 4 municípios se destacam na produção do açaí e palmito. Na tabela 22, observa-se que no ano de 2009 o município de Ponta de Pedras se destacou na produção de açaí, registrando (30,21%) da produção do fruto no território do Marajó.

Muaná é o segundo maior produtor da região com uma produção de 8.100 toneladas, correspondendo a (22,66%) da produção de açaí no Marajó e o maior produtor de palmito da região do Arari. Outros destaques nessas atividades são o município de Afuá na produção de açaí, representou em 2009 (10,93%) da produção do fruto no território e Anajás na produção de palmito correspondendo a (38,10%) do território.

Tabela 22: Extração Vegetal Não Madeireira no Marajó 2009

Município	Extração Vegetal não Madeireira		% de Participação Municipal da atividade no Território	
	Açaí (t)	Palmito (t)	Açaí	Palmito
Afuá	3.906	200	10,93	6,63
Anajás	750	1.150	2,10	38,10
Bagre	103	5	0,29	0,17
Breves	780	150	2,18	4,97
Cachoeira do Arari	2.996	57	8,38	1,89
Chaves	300	114	0,84	3,78
Curralinho	810	27	2,27	0,89
Gurupá	51	80	0,14	2,65
Melgaço	2	1	0,01	0,03
Muaná	8.100	820	22,66	27,17
Ponta de Pedras	10.797	6	30,21	0,20
Portel	320	40	0,90	1,33
Salvaterra	0	0	0	
Santa Cruz do Arari	0	0	0	
São Sebastião da Boa Vista	6.825	368	19,10	12,19
Soure	0	0	0	
Total	35.740	3.018		

Fonte: IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2009, PTDRS, 2010

A exploração madeireira no arquipélago do Marajó vem de longa data, no entanto, na última década tem se observado uma grande atuação por parte de instituições de fiscalização como IBAMA e SEMA no combate a degradação do meio ambiente a partir dessa prática. Neste sentido, grandes madeireiras foram fechadas em toda a região, no entanto muitas continuam atuando na clandestinidade. Isto ocasionou o fechamento de muitos postos de trabalho e, por conseguinte, o desemprego de grande parte da população que sobrevivia da extração madeireira.

Na tabela 23 abaixo se pode observar que o maior produtor de madeira em tora no ano de 2009 no Marajó foi o município de Portel, representando (61,70%) da atividade no território, já o destaque na extração de lenha nesse mesmo ano foi o município de Anajás, representando (16,88%) da atividade no território.

Tabela 23: Extração Vegetal Madeireira no Marajó 2009

Município	Extrativismo Vegetal Madeireiro			% de Participação Municipal da Atividade no Território		
	Carvão (t)	Lenha (m3)	Tora (m3)	Carvão	Lenha	Tora
Afuá	3	4.500	24.000	1,17	3,16	2,28
Anajás	0	24.000	90.000		16,88	8,54
Bagre	0	1.000	40.000		0,70	3,80
Breves	100	15.000	40.000	38,91	10,55	3,80
Cachoeira do Arari	0	0	0			
Chaves	3	4.000	1.000	1,17	2,81	0,09
Curralinho	13	10.000	18.000	5,06	7,03	1,71
Gurupá	1	2.340	101.200	0,39	1,65	9,61
Melgaço	0	14.000	10.000		9,84	0,95
Muaná	42	21.000	66.000	16,34	14,77	6,26
Ponta de Pedras	31	19.050	4.110	12,06	13,40	0,39
Portel	40	5.000	650.000	15,56	3,52	61,70
Salvaterra	7	3.230	0	2,72	2,27	
Santa Cruz do Arari	0	0	0			
São Sebastião da Boa Vista	13	15.200	9.212	5,06	10,69	0,87
Soure	4	3.888	0	1,56	2,73	
Total	257	142.208	1.053.522			

Fonte: IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2009, PTDRS, 2010.

6 INFRAESTRUTURA NO MARAJÓ

6.1 Transportes e Malha Viária

No Marajó somente os municípios de Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari, possuem acesso por estrada de asfalto e por terra, no entanto a saída é por Belém e através de balsa até o porto de Camará, no Município de Salvaterra. O acesso aos demais municípios é por via fluvial. No caso de Afuá e Chaves por serem os municípios mais distantes da capital paraense, o acesso é por via aérea até a cidade de Macapá no estado do Amapá e posteriormente por via fluvial com cerca de 7 a 8 horas de viagem. No entanto, alguns municípios, a exemplo de Soure, Breves e Chaves oferecem transporte aéreo através de taxi fretado. O município de Ponta de Pedras fica a três horas de Belém, por via fluvial e é o mais próximo da capital paraense. A falta de segurança nos rios do Marajó se mostra como um dos principais problemas enfrentados pela população é o constante ataque dos chamados “piratas”, na maioria das vezes com muita violência e até mortes.

De acordo com a Secretaria de Estado de Integração Regional – SEIR estão previstas para o território do Marajó, no Plano de Obras do governo estadual, ações de melhoria da infraestrutura viária e portuária como a recuperação e a pavimentação asfáltica da PA 154 entre Salvaterra e Cachoeira do Arari, em Soure a pavimentação do acesso às praias do Pesqueiro e também no acesso à praia de Joanes, em Salvaterra.

Está prevista também a conclusão dos terminais hidroviários de Bagre, Gurupá, Muaná e São Sebastião da Boa Vista, assim como a recuperação de vicinais nos municípios de Cachoeira do Arari e Salvaterra.

O PAC (Programa de aceleração do Crescimento) do governo federal está executando obras no Marajó em parceria com o governo estadual e municipal. Abaixo algumas obras previstas e em execução no território do Marajó.

Quadro 2: Ações Previstas e em Execução do PAC no Marajó

Local	Proponente	Tipo de Infraestrutura	R\$ em milhões	Estágio
Marajó – Infraestrutura energética	Governo Estadual	Pesquisa exploratória do Petróleo e gás natural da Bacia Sedimentar do Marajó (considerado como empreendimento exclusivo).	1 milhão de 2007 até os dias atuais	Em obra.
Breves – Infra-estrutura Logística – Terminal hidroviário de Breves		Construção de terminais hidroviários	2 milhões de 2007 até os dias atuais	Em obra.
Soure – Infra-estrutura Social e Urbana – FUNASA	Governo Estadual	Elaboração de estudos e projetos de abastecimento de água e esgotamento sanitário da sede municipal	708,1 milhões após 2010	Em execução.
Afuá – Infra-estrutura Social e Urbana – FUNASA	Estado	Abastecimento de água	777,80 milhões após 2010.	Em obra.
		Água na escola	50 milhões após 2010.	Concluído.
Anajás – Infra-estrutura Social e Urbana - FUNASA	Estado	Abastecimento de água	1.500,0 após 2010.	Ação preparatória
	Estado	Drenagem	5.050,8 após 2010.	
	Município	Saneamento rural	1.018,0 após 2010.	
Bagre – Infra-estrutura Social e Urbana - FUNASA	Município	Abastecimento de água	722,0 após 2010.	Ação preparatória.
Cachoeira do Arari – Infra-estrutura Social e Urbana - FUNASA	Estado	Abastecimento de água	380,0 após 2010.	Ação preparatória.
Chaves – Infra-estrutura Social e Urbana - FUNASA	Município	Abastecimento de água	350,0 após 2010.	Ação preparatória.
		Saneamento rural	458,4 após 2010.	Em contratação.
		Saneamento rural	571,7 após 2010.	Em contratação.
Curralinho	Estado	Abastecimento de água	715,00	Ação preparatória
	Município	Saneamento rural	1.030,90	
Gurupá	Estado	Água na escola	50,00	Ação preparatória
			598,00	
	Município	Saneamento em áreas quilombolas	577,00	
			591,00	
			309,00	Em contratação
			309,00	
			309,00	
Melgaço	Município	Abastecimento de água	525,00	Em contratação
	Estado	Água na escola	50,00	
	Município	Saneamento rural	164,80	
			133,90	
			206,00	
			226,60	
			164,80	
Muaná	Estado	Abastecimento de água	739,20	Ação preparatória

	Município	Esgoto sanitário	2.500,00	
		Melhoria da qualidade de água	421,50	
		Melhoria da qualidade de água	1.037,80	
		Melhoria da qualidade de água	900,00	
Portel	Município	Abastecimento de água	2.750,10	
		Água na escola	237,00	
		Saneamento rural	617,20	
Santa Cruz do Arari	Estado	Abastecimento de água	446,10	
		Esgotamento sanitário	1.833,30	
	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	517,40	
Soure	Município	Abastecimento de água	2.555,90	Em obra
	Estado	Esgotamento sanitário	5.000,00	Ação preparatória
	Município	Melhorias sanitárias domiciliares	931,14	Em obra

Fonte: Ministério das Cidades, 2010

6.2 Energia

Está em processo de implantação do Linhão no Marajó com a ampliação da linha de transmissão da Hidrelétrica de Tucuruí, a qual se estenderá de Portel a Breves, cujo custo total será de R\$ 473 milhões. Desde 2007, o programa Luz Para Todos do governo federal já executou mais de 4500 ligações em vários municípios do Marajó, como: Curralinho, Muaná, Ponta de Pedras e São Sebastião da Boa Vista onde as obras ainda estão em andamento.

7. Identidade Territorial

A pesquisa Identidade Territorial no Marajó obteve índice alto para a categoria Ambiente com (0,826), seguida da categoria Agricultura Familiar com (0,792), como se observa no gráfico 1. De acordo com os membros do colegiado entrevistados, o aspecto Recursos Naturais foi citado com maior frequência quando perguntado sobre a importância deste e dos demais aspectos para a definição de limite do território, das características marcantes, da história comum e dos principais conflitos existentes no território.

No item *definição das metas e objetivos de desenvolvimento proposto para o território*, pode-se observar a questão ambiental foi um ponto bastante discutido nas plenárias territoriais para a elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS do Marajó.

Nessas plenárias surgiram várias proposições de metas para o território, como: Criação das Comissões Intersetoriais de Educação Ambiental (CIEA); Elaboração

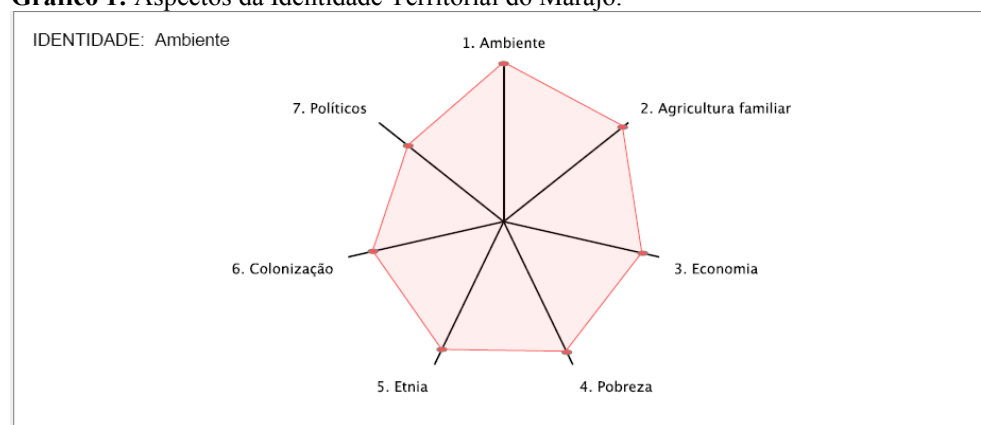
Participativa do Plano Territorial de Educação Ambiental; Promoção de cursos de capacitação e qualificação técnica na área ambiental (formando professores da rede pública, jovens e lideranças comunitárias atuantes na defesa ambiental do Marajó), Estudos e ações ambientais para recuperação de rios, lagos e igarapés assoreados na região do Marajó, como o Rio Arari, Lago Arari, Canal da Tartaruga e outros. Também foi solicitada a realização de pesquisas para o melhor aproveitamento de produtos da biodiversidade da região do Marajó.

É importante observar que o Arquipélago do Marajó desde 1989 foi considerado Área de Proteção Ambiental (APA Marajó), com seis Unidades de Conservação – UC, que compreendem as quatro Reservas Extrativistas (Resex Mapuá, Resex Terra Grande Pracuúba, Resex Gurupá – Melgaço e Resex Marinha de Soure), além da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Itatupã – Baquiá, no município de Gurupá e da Floresta Nacional do Caxiuanã, que abrange os municípios de Portel, Melgaço e Gurupá.

No Marajó também está situada a Reserva Ecológica da Mata do Bacurizal e do Lago Caraparú, no município de Salvaterra, uma iniciativa da Prefeitura Municipal. Além do Parque Estadual Charapucu localizado no município de Afuá, esta última como iniciativa do Governo Estadual.

As demais categorias obtiveram resultado índice médio alto ente (0,60 e 0,80), significando que estas contribuíram de alguma forma, para a caracterização e história comum do território.

Gráfico 1: Aspectos da Identidade Territorial do Marajó.



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Tabela 24: Categorias de Identidade Territorial do Marajó

Categorias	Valor	Classificação
1. Ambiente	0,826	Alto
2. Agricultura familiar	0,792	Médio Alto
3. Economia	0,743	Médio Alto
4. Pobreza	0,758	Médio Alto
5. Etnia	0,742	Médio Alto
6. Colonização	0,698	Médio Alto
7. Político	0,636	Médio Alto

Legenda:

0,00 - 0,20 = Baixo

0,20 - 0,40 = Médio Baixo

0,40 - 0,60 = Médio

0,60 - 0,80 = Médio Alto

0,80 - 1,00 = Alto

Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

8 Capacidades Institucionais

Na pesquisa sobre Capacidades Institucionais, o indicador Gestão dos Colegiados obteve o maior índice (0,625) considerado médio alto, apontando a participação do Colegiado e sua atuação na gestão social do território e participação na visão de futuro do mesmo. Já o item Capacidades Organizacionais obteve índice (0,391), considerado médio baixo. Isso evidencia o baixo grau de capacidade de gestão das organizações existentes no território, como as cooperativas, grupos de mulheres e de jovens e baixa capilaridade desta instituição no CODETEM.

Quanto ao indicador Serviços Institucionais Disponíveis o índice cai ainda mais, ou seja, (0,206), considerado médio baixo, indicando que a atuação de órgãos de assistência técnica e de apoio tecnológico no território é ineficiente. Durante a realização da pesquisa o órgão mais citado como parceria das prefeituras, no que se refere ao apoio à prestação de serviços tecnológicos, foi a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – EMATER.

No que diz respeito a Instrumentos de Gestão Municipal o índice foi de (0,367) considerado baixo, no que tange aos instrumentos disponíveis para o desenvolvimento da gestão municipal, particularmente no que se refere à expedição de normas voltadas à conservação dos recursos naturais, com a identificação de mapas de áreas degradadas e de risco de degradação, assim como, de funções desempenhadas pelas Secretarias de Desenvolvimento Rural nos municípios relacionados à elaboração de diagnósticos e projetos e estratégias de parcerias com instituições estaduais e federais.

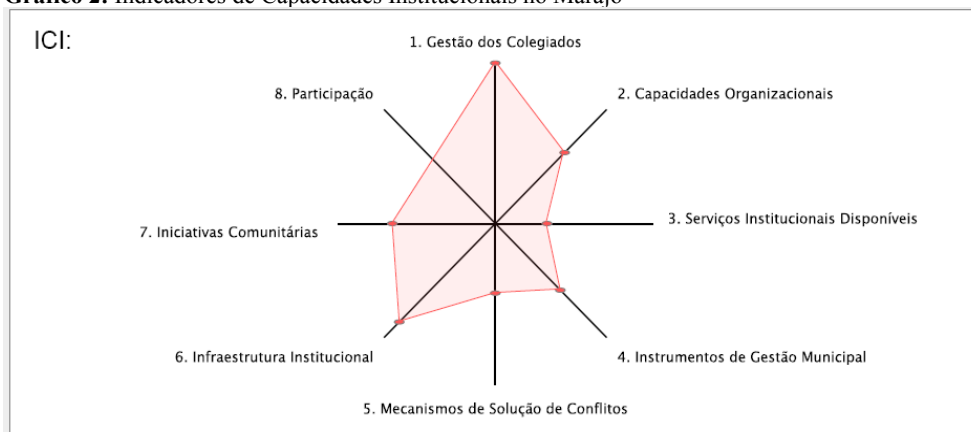
Já o índice para Mecanismo de Solução de Conflitos (0,271) é considerado médio baixo, mostrando que as instâncias existentes nos municípios para a solução de conflitos, como os conselhos comunitários, as ações das autoridades locais, assim como, de organizações fora dos municípios é baixo.

Quanto a Infraestrutura Institucional o índice foi (0,542), considerado médio e está relacionado à infraestrutura pública, para o desenvolvimento de atividades econômicas como a existência de secretarias de Planejamento e de Desenvolvimento Rural ou similar, assim como, de um quadro de técnicos permanentes para dar apoio e assistência técnica a produtores rurais.

A existência de infraestrutura para as atividades culturais no municípios, as 16 prefeituras entrevistadas responderam que há a existência de Casas de Cultura, Salões de Festas e os Ginásios de Esportes dos municípios, para o desenvolvimento de atividades culturais.

No que se refere a Iniciativas Comunitárias o índice foi de (0,411), considerado médio, que diz respeito às diversas iniciativas de diferentes organizações sociais para o desenvolvimento de projetos sociais, produtivos e culturais.

Gráfico 2: Indicadores de Capacidades Institucionais no Marajó



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Tabela 25: Indicadores de Capacidades Institucionais

Indicadores de Capacidades Institucionais		
1. Gestão dos Colegiados	0,625	Médio Alto
2. Capacidades Organizacionais	0,391	Médio Baixo
3. Serviços Institucionais Disponíveis	0,206	Médio Baixo
4. Instrumentos de Gestão Municipal	0,367	Médio Baixo
5. Mecanismos de Solução de Conflitos	0,271	Médio Baixo
6. Infraestrutura Institucional	0,542	Médio
7. Iniciativas Comunitárias	0,411	Médio
8. Participação		

Legenda:

0,00 - 0,20 = Baixo

0,20 - 0,40 = Médio Baixo

0,40 - 0,60 = Médio

0,60 - 0,80 = Médio Alto

0,80 - 1,00 = Alto

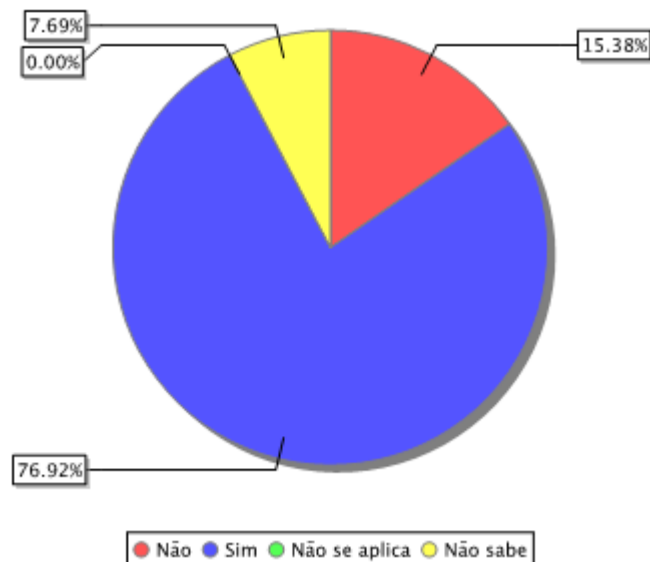
Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

9. Gestão do Colegiado

Das 62 entidades representativas do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Marajó – CODETEM foram entrevistadas 26 entidades mais atuantes e participantes

das plenárias realizadas no território. Destes 76% afirmam que existe um assessor técnico que apoia permanentemente o CODETEM.

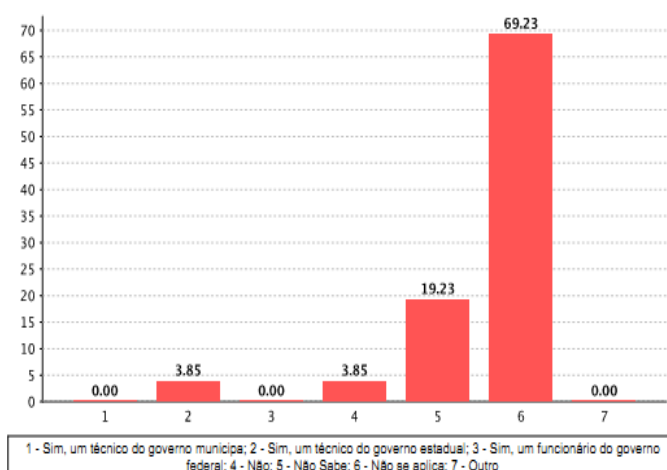
Gráfico 3: Existência de Acessor Técnico que apoio a Gestão do Colegiado



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

No que se refere à existência de outro técnico, na ausência de um acessor, 19,23% responderam que não sabe, já 3,85% responderam que existe um técnico do governo feral.

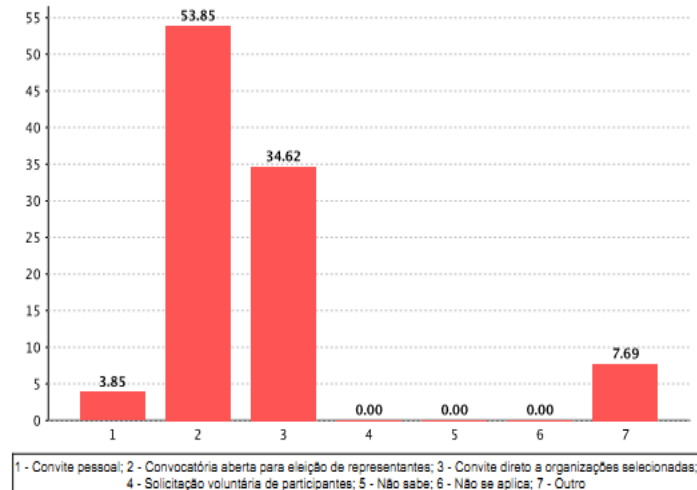
Gráfico 4: Existência de outro técnico que apoie o colegiado na ausência de um acessor técnico



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Quanto à forma de seleção e eleição dos membros do CODETEM, 54% consideram que ocorre através de convocatória aberta para eleição e 35% relata que se dá via convite direto a organizações selecionadas.

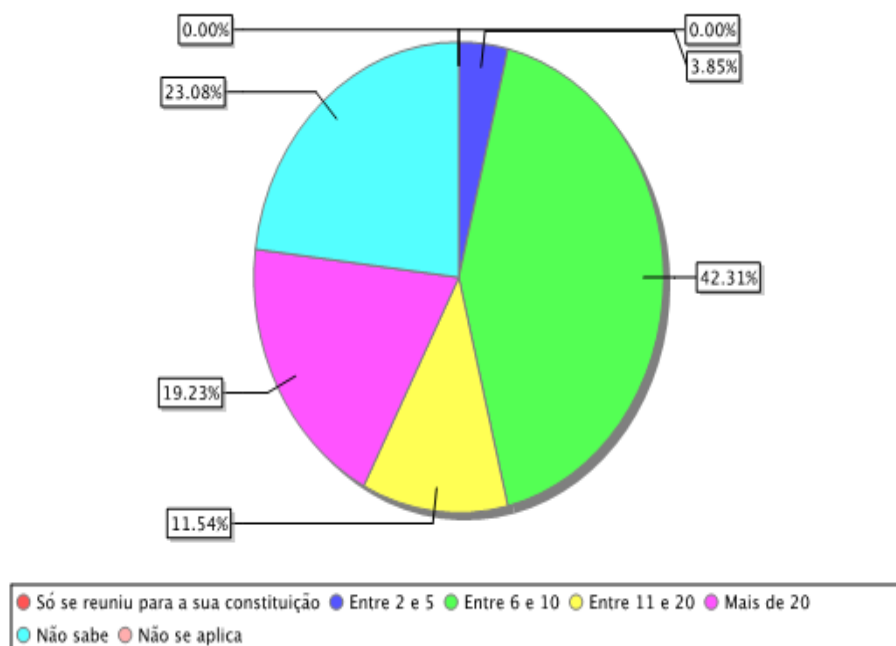
Gráfico 5: Forma de seleção e eleição dos membros do Colegiado



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011.

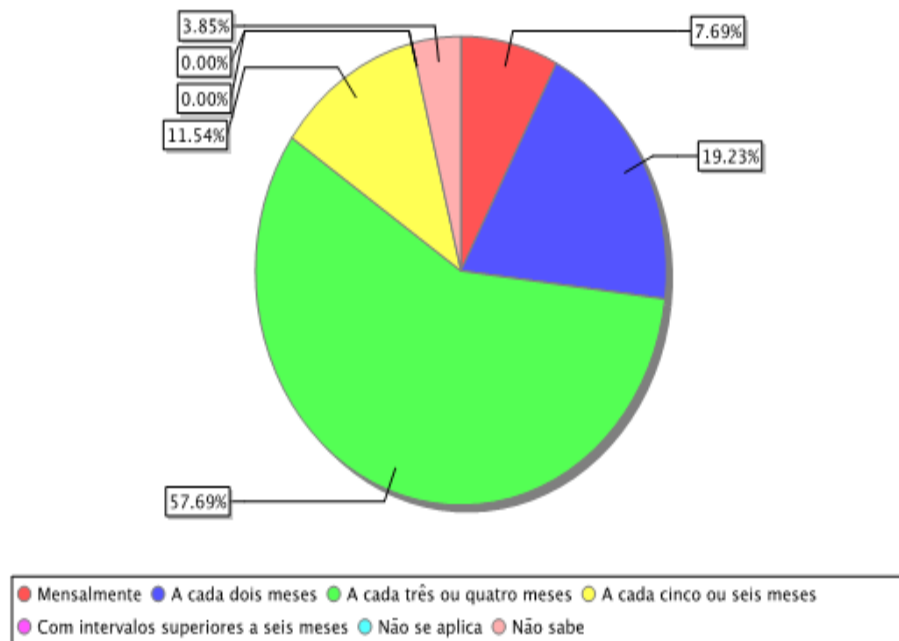
O CODETEM, desde sua constituição em 2008, realizou entre 6 e 10 reuniões para 42%; entre 11 e 20 reuniões para 11,5%; dos respondentes e mais de 20 reuniões para 19% dos 26 entrevistados, 23% afirmam não saberem a quantidade.

Gráfico 5: Número de reuniões formais realiza pelo Colegiado desde sua constituição



Sobre a frequência com que ocorre a plenária do CODETEM, 58% afirmam que se dá a cada três ou quatro meses, para 11,5% a cada cinco ou seis meses e para 19% a cada dois meses.

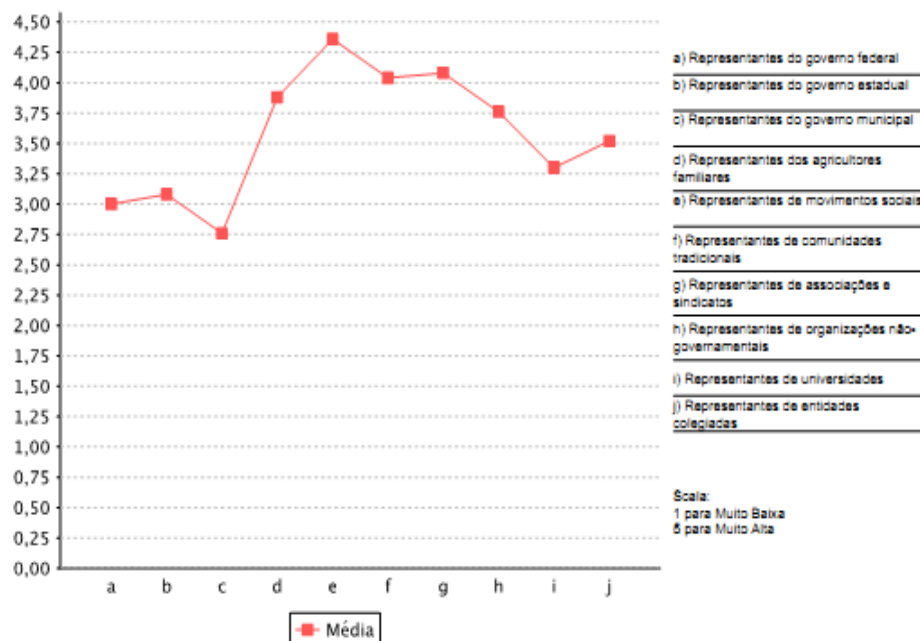
Gráfico 6: Frequência de reunião da plenária do Colegiado



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Quanto à avaliação sobre a capacidade de decisão dos membros do CODETEM obteve-se três categorias: os movimentos sociais, as comunidades tradicionais e os agricultores familiares são considerados como Muito Alta, enquanto que outras três categorias: os representantes do governo federal, do governo estadual e dos governos municipais são considerados como Baixa.

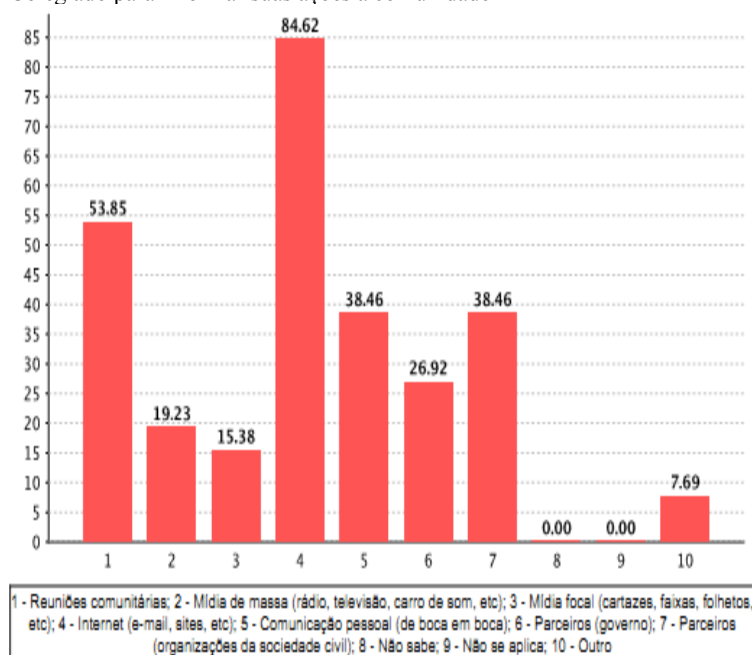
Gráfico 6: Avaliação da capacidade de decisão dos membros do Colegiado



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Quanto à diversidade de mecanismos de comunicação utilizadas pelo CODETEM, para informar suas ações e decisões para a comunidade, 85% afirma ser a internet a mais utilizada, 54% ser as reuniões comunitárias, 38,5% afirmam ser tanto a comunicação pessoal como o uso de organizações da sociedade civil, 27% afirmam ser através do governo e 19% ser através da mídia de massa. Por esse resultado (85% internet) entende-se que este seja o meio mais utilizado entre os membros do Colegiado, uma vez que o acesso à internet pela população ainda seja bem irrisório no Marajó.

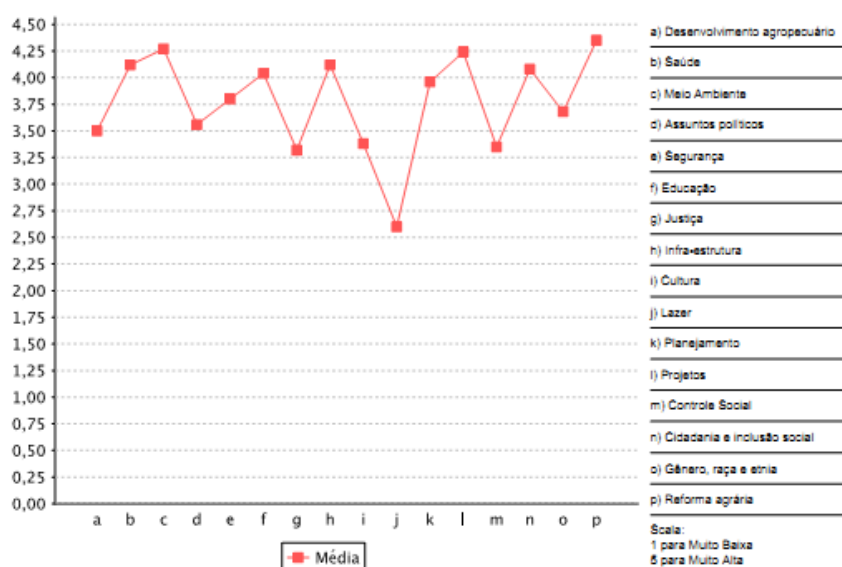
Gráfico 7: Mecanismos de comunicação utilizados pelo Colegiado para informar suas ações à comunidade



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Sobre os temas mais tratados nas reuniões do CODETEM, a reforma agrária encontra-se em primeiro lugar com escala Muito Alta. Nas reuniões e plenárias que participamos, pode-se observar uma preocupação acentuada com a questão da regularização fundiária. Eles tratam do que chama de latifundiários das águas, que praticam o desvio dos cursos naturais dos rios para dentro de “suas” terras, privatizando o uso da água. Ainda, consideradas Alta ou Muito Alta, estão os temas relacionados com Meio Ambiente, Saúde, Cidadania e Inclusão Social, Infraestrutura e Projetos. Dentre todos os temas, o Lazer aparece em último lugar, considerado Baixo.

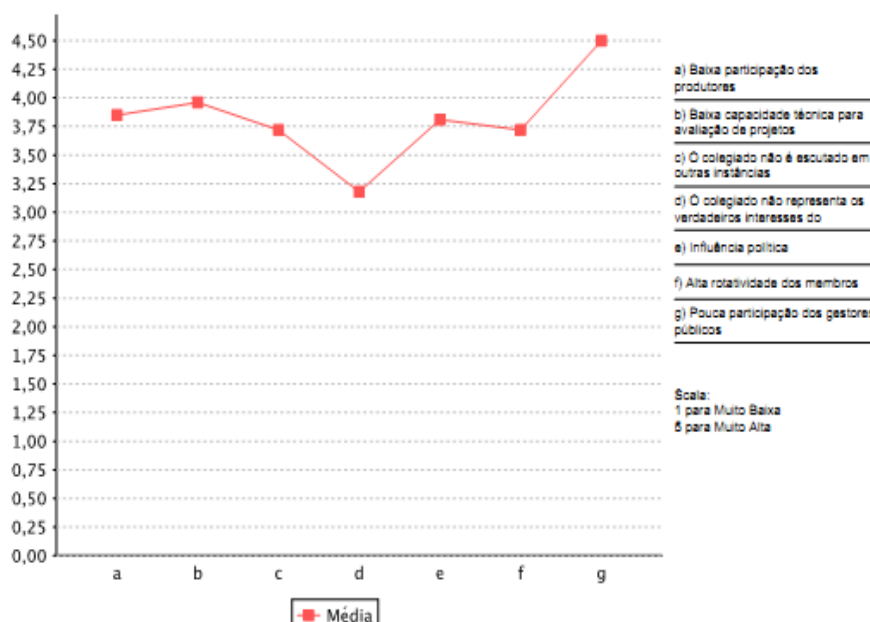
Gráfico 8: Frequência com que os temas citados são tratados no Colegiado



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Sobre os principais problemas que prejudicam o desempenho do CODETEM, eles afirmam ser a baixa participação dos gestores públicos, o que aparece em destaque, com escala Muito Alta. Esse fator foi bastante mencionado pelos entrevistados, uma vez que a pouca participação e até mesmo a ausência de gestores públicos inviabiliza o êxito de muitos encaminhamentos que surgem nas plenárias. Em seguida, destaca-se a baixa capacidade técnica para avaliação de projetos e a baixa participação dos produtores.

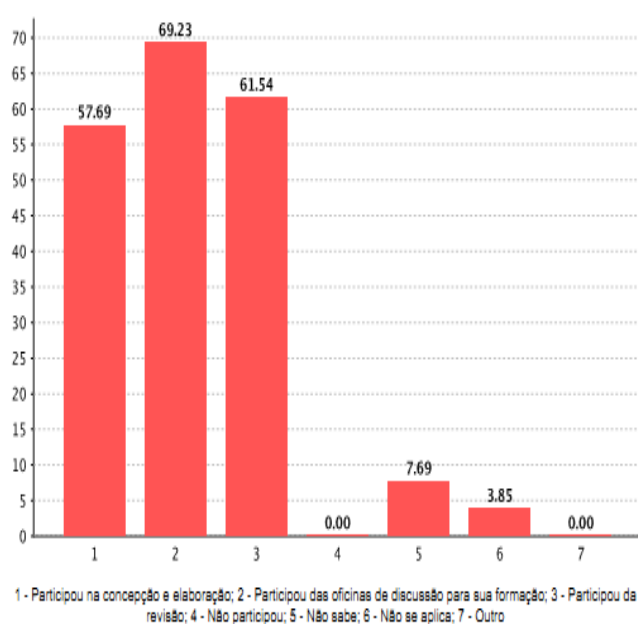
Gráfico 9: Frequência com que os problemas citados prejudicam o desempenho do Colegiado



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Quanto ao papel desempenhado pelo CODETEM na elaboração do diagnóstico territorial, 58% afirmam que participou da concepção e elaboração, 69% afirmam que participou das oficinas de discussão para sua formação e 61,5% participou da revisão.

Gráfico 10: Papel desempenhado pelo Colegiado na elaboração do diagnóstico territorial

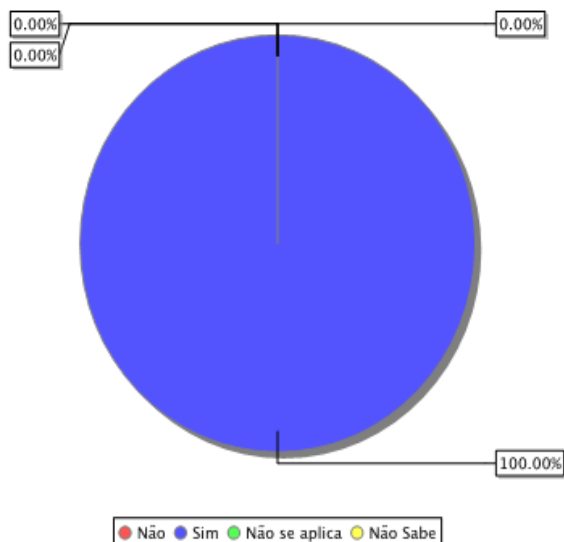


Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Todos os 26 entrevistados afirmam que foi elaborado um documento que contém visão de longo prazo do Território.

Gráfico 11: Elaboração de documento que contenha visão

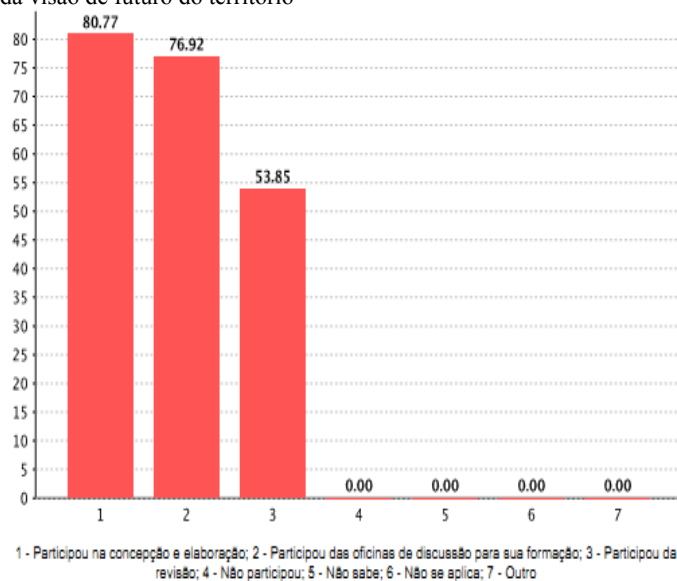
de futuro do território



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Entre 77% e 80% dos respondentes afirmam que o CODETEM participou da elaboração do documento com visão de futuro nos quesitos de concepção, elaboração e oficinas de discussão e 54% que participou da revisão deste documento.

Gráfico 12: Papel desempenhado pelo Colegiado na elaboração da visão de futuro do território



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Quanto ao papel desempenhado pelo CODETEM no processo de elaboração do PTDRS, entre 77% e 81% afirmou que participou da concepção, elaboração e das oficinas de discussão, enquanto 58% participou da revisão.

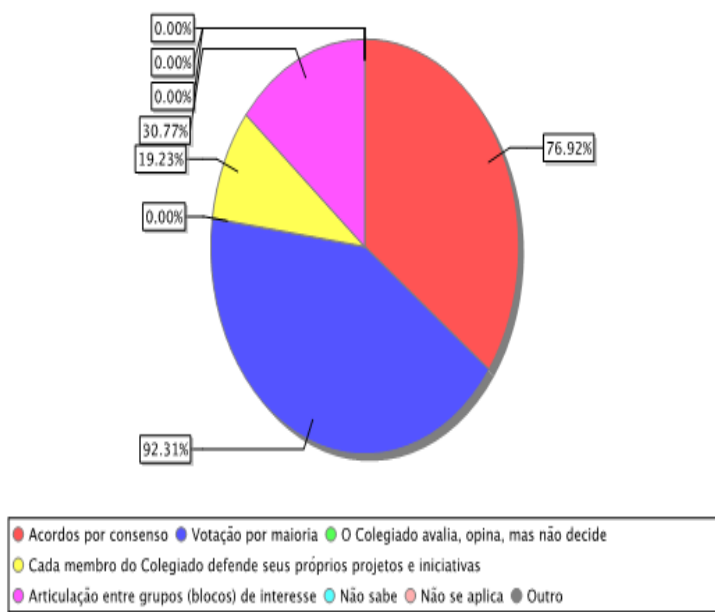
Gráfico 13: Papel desempenhado pelo Colegiado na elaboração do PTDRS



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Quanto aos mecanismos para tomada de decisão no CODETEM, 77% afirmam que ocorre através de acordos por consenso, 92% através de votação por maioria, 31% através de articulação entre grupos de interesse e 19% com cada membro do CODETEM defendendo seus próprios projetos e iniciativas.

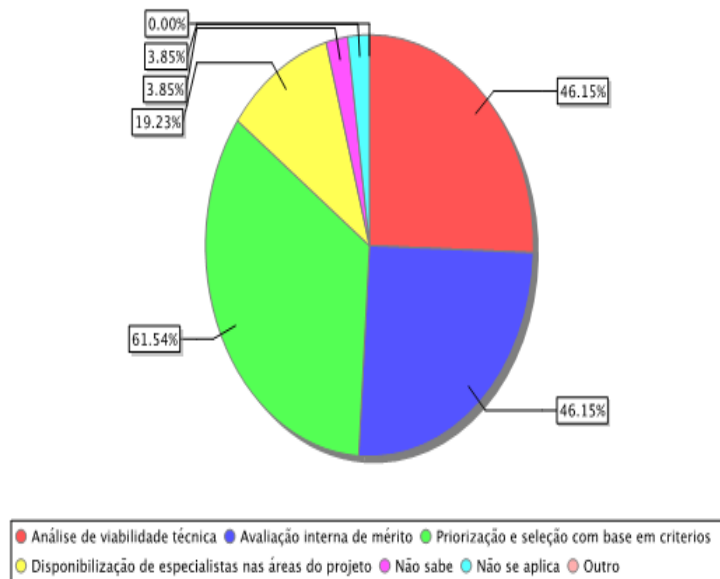
Gráfico 14: Mecanismos utilizados para tomadas de decisões no Colegiado



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Sobre as ações desenvolvidas pelo CODETEM para a gestão dos projetos de desenvolvimento territorial o item priorização e seleção com base em critérios obteve o maior resultado com 61,54%.

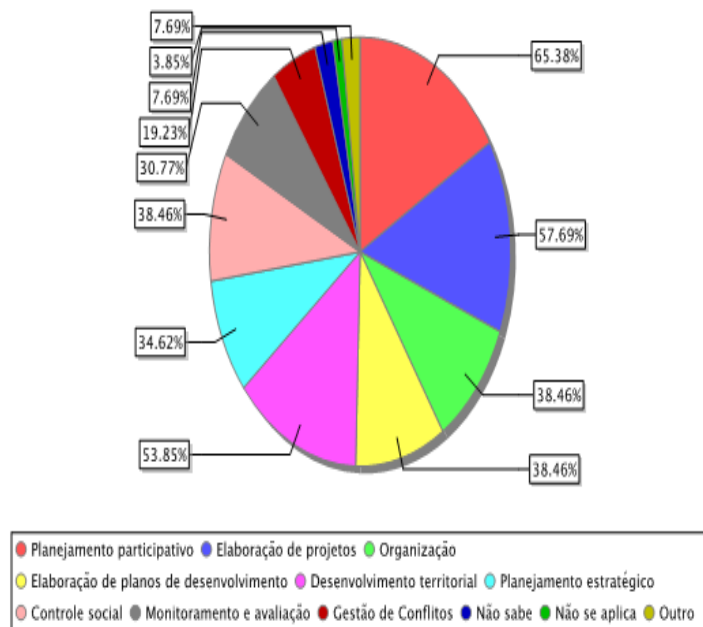
Gráfico 15: Ações desenvolvidas pelo Colegiado para a gestão dos projetos de desenvolvimento territorial



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Sobre as áreas que os membros do CODETM receberam capacitação destaca-se o planejamento participativo com 65%, a elaboração de projetos com 58% e o desenvolvimento territorial com 54%.

Gráfico 16: Áreas em que os membros do Colegiado receberam capacitação



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

10. Avaliação de Projetos

No território do Marajó a pesquisa sobre Avaliação de Projetos de Investimento não pode ser realizada, pois todos os projetos apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT eram de responsabilidade de execução do governo estadual.

11. Índice de Condições de Vida - ICV

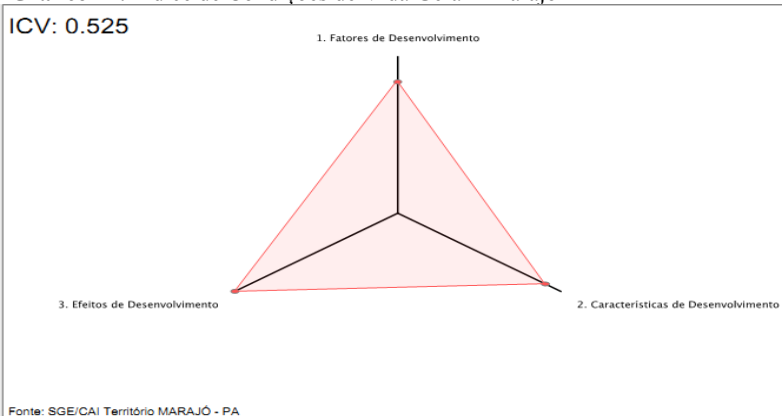
No Marajó foram entrevistadas 260 famílias em nove municípios, com 26 entrevistados, à exceção para o município de Breves com 52. A pesquisa foi realizada entre janeiro e agosto de 2011, com objetivo de identificar a percepção de pescadores, ribeirinhos, quilombolas e agricultores familiares sobre suas condições de vida.

Os nove municípios são: Chaves, Bagre, Breves, Curralinho, Muaná, Melgaço Salvaterra, Ponta de Pedras e Portel. Foram realizadas duas substituições das amostras, a primeira foi do município de Anajás pelo município de Bagre, devido a ocorrência do alto índice de casos de infecção por malária na área rural. A outra substituição foi do município de Soure, pelo fato do setor censitário indicado para a pesquisa ser de difícil acesso, o que poderia por em risco a segurança da equipe, na medida em que o barco alugado era de pequeno porte.

12. ICV Geral

O ICV Geral no Marajó foi de 0,525 considerado médio (entre 0,40 e 0,60). Quanto à **composição do ICV**, os Fatores de Desenvolvimento possui o índice de 0,484, abaixo dos outros dois: Características do Desenvolvimento com 0,5222 e os Efeitos do Desenvolvimento com 0,576.

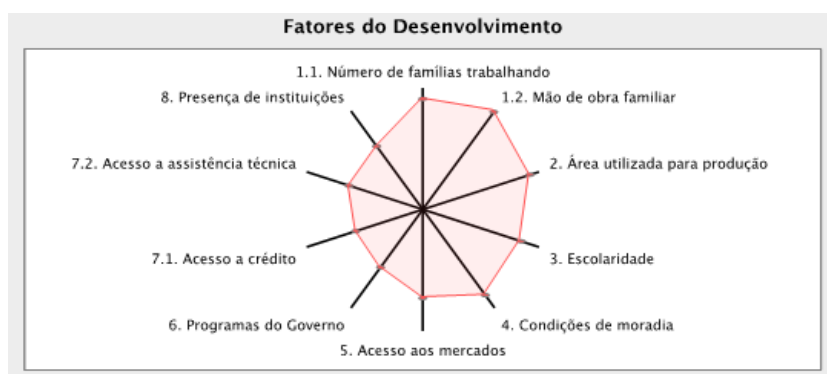
Gráfico 17: Índice de Condições de Vida Geral - Marajó



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Dentre os componentes do Índice relacionados com os **Fatores de Desenvolvimento**, destacam-se negativamente o Acesso ao Crédito com 0,363, os Programas do Governo com 0,370 e o Acesso à Assistência Técnica com 0,399, considerado médio baixo (entre 0,20 e 0,40). Nestes três quesitos, mais de 50% dos entrevistados consideram Ruim ou Péssimo; destaca-se positivamente o componente Mão de Obra Familiar com 0,622, considerado Médio Alto (entre 0,60 e 0,80), sendo que 55,9% das pessoas entrevistadas consideram Ótimo ou Bom; embora o componente Área utilizada para produção com 49,3% dos entrevistados que consideram Ótimo ou Bom, o que reforça a importância de se produzir em pequenas áreas e preservar a mata.

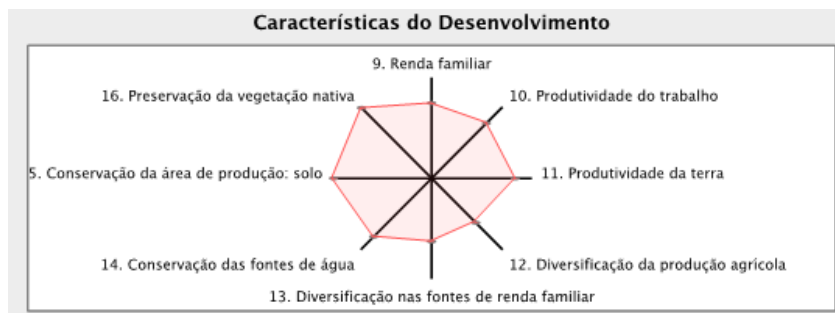
Gráfico 18: Fatores do Desenvolvimento do ICV Geral - Marajó



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Dentre os componentes do Índice relacionados com as **Características do Desenvolvimento**, a Conservação da área de produção: solo com 0,640 e a preservação da vegetação nativa com 0,647, são considerados Médio Alto, com cerca de 60% dos entrevistados consideram Ótimo ou Bom para estes dois quesitos. Os outros componentes situam-se no nível Médio. Podendo-se inferir a preocupação coletiva em preservar a Natureza no Marajó.

Gráfico 19: Características do Desenvolvimento do ICV Geral - Marajó



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Observa-se também a preocupação dos entrevistados com a reduzida diversificação da produção agrícola. Dos entrevistados 48,6% consideram que este quesito é Ruim ou Péssimo. Segundo os relatos e discussões na plenária de validação do PTDRS, essa situação estaria vinculada às suas necessidades de assistência técnica quanto ao manejo das atividades da fruticultura, da mandiocultura, do pescado e da aquicultura relacionados às dificuldades de acesso ao crédito.

Das pessoas entrevistadas 31,15% não são consideradas agricultores familiares, na medida em que suas fontes de rendimentos vêm, sobretudo, de outras atividades, a exemplo do trabalho assalariado para grandes fazendeiros da região.

Dentre os componentes do Índice relacionado com os Efeitos do Desenvolvimento, é relevante a permanência dos familiares no domicílio com 0,905 considerado Alto (entre 0,80 e 1,00), com 93,9% dos entrevistados que consideram Ótimo ou Bom e a situação econômica com 0,596, próximo de Médio Alto com 65,9% dos entrevistados que consideram Ótimo ou Bom. Pode-se perceber que, em geral, as pessoas não têm saído da zona rural, com baixíssimos níveis de migração urbana e consideram que houve melhoria na renda nos últimos anos.

Essa permanência pode estar relacionada à baixa capacidade de mobilização social. Na cidade de Breves, a maior do Marajó, com 100 mil habitantes, com o fechamento das madeireiras houve crescimento do desemprego, notadamente, face à desmontagem das serrarias tradicionais e da fiscalização do IBAMA? Pesquisa a ser aprofundada.

Gráfico 20: Efeitos do Desenvolvimento do ICV Geral - Marajó

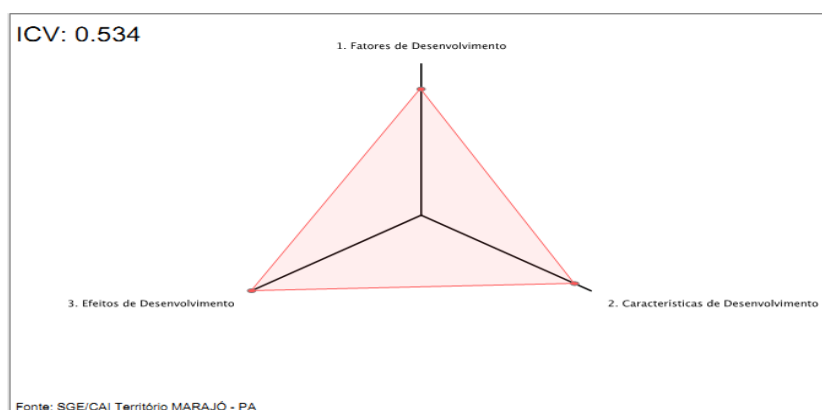


Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

13 ICV – Agricultura Familiar

Dentre os 260 entrevistados, segundo a metodologia da pesquisa, somente 179 são considerados agricultores familiares, ou seja, 68,85% do total. O **Índice de Condições de Vida (ICV)** para estes 179 entrevistados é de 0,534 considerado médio (entre 0,40 e 0,60), pouco acima do ICV, para os 260 entrevistados. Quanto à **composição do ICV**, os Fatores de Desenvolvimento possui o índice de 0,491, abaixo dos outros dois: Características do Desenvolvimento com 0,532 e os Efeitos do Desenvolvimento com 0,588, todos acima dos índices para os 260 entrevistados.

Gráfico 21: Índice de Condições de Vida - IVC Agricultura Familiar – Marajó

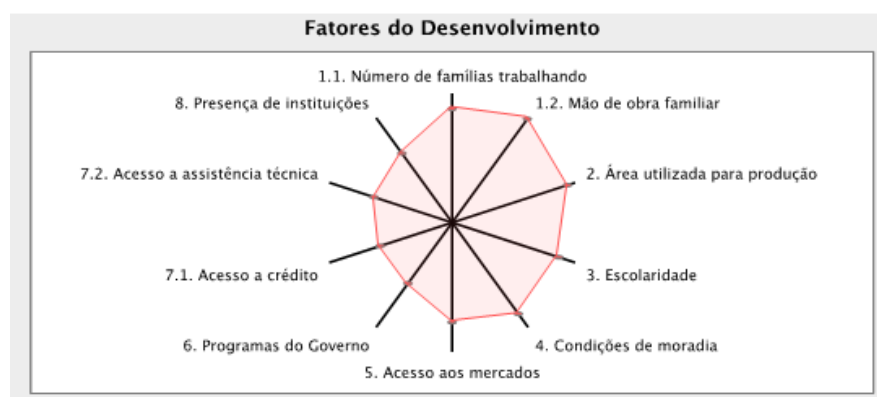


Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Dentre os componentes do Índice relacionados com os **Fatores de Desenvolvimento**, destacam-se negativamente o acesso ao crédito com 0,369, os programas do governo com 0,366 e o acesso à assistência técnica com 0,400 considerado médio baixo (entre 0,20 e 0,40). Nestes três quesitos, cerca de 40% do total dos 260 entrevistados consideram Ruim ou Péssimo.

Destaca-se positivamente o componente mão de obra familiar com 0,623, considerado médio alto (entre 0,60 e 0,80), sendo que 43,9% do total das 260 pessoas entrevistadas consideram Ótimo ou Bom. Enfatiza-se como dado positivo o componente área utilizada para produção com 39,7% dos 260 entrevistados que consideram Ótimo ou Bom, o que reforça a importância de se produzir em pequenas áreas e preservar a mata em pé.

Gráfico 22: IVC Agricultura Familiar - Fatores de Desenvolvimento - Marajó

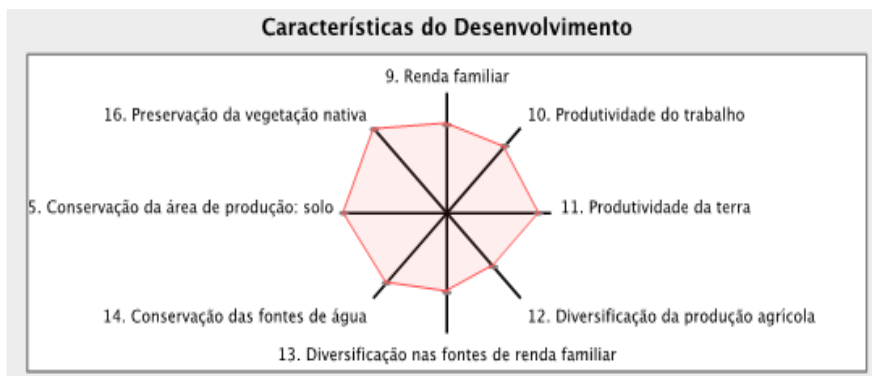


Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Dentre os componentes do Índice relacionados com as **Características do Desenvolvimento**, destacam-se a Conservação da área de produção: solo com 0,649 e a Preservação da vegetação nativa com 0,646, considerados Médio Alto, sendo que cerca de 47% do total das 260 pessoas entrevistadas consideram Ótimo ou Bom estes dois quesitos. Os outros componentes situam-se no nível Médio;

Observa-se também a preocupação dos entrevistados com a reduzida diversificação da produção agrícola, com 34,3% dos 260 entrevistados que consideram Ruim ou Péssimo. Este quesito avaliado negativamente, segundo seus relatos e discussões na plenária de validação do PTDRS, estaria vinculado às necessidades de assistência técnica quanto ao manejo das atividades da fruticultura, da mandiocultura, do pescado e da aqüicultura e relacionados com as dificuldades de acesso ao crédito.

Gráfico 23: IVC Agricultura Familiar - Características de Desenvolvimento - Marajó



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Dentre os componentes do Índice relacionados com os **Efeitos do Desenvolvimento**, destacam-se a Permanência dos Familiares no Domicílio com 0,920 considerado Alto (entre 0,80 e 1,00), com 65,4% do total dos 260 entrevistados que consideram Ótimo ou Bom e a Situação Econômica com 0,596, próximo de Médio Alto com 33,1% dos 260 entrevistados que consideram Ótimo ou Bom. Pode-se perceber que, em geral, as pessoas vivem na mesma região rural durante toda a sua existência, com baixíssimos níveis de migração urbana e que houve melhoria na renda nos últimos anos.

Gráfico 24: IVC Agricultura Familiar - Efeitos do Desenvolvimento - Marajó



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

É importante observar na medida em que 68,85% dos 260 entrevistados são considerados agricultores familiares, ou seja, 179 famílias e, que 31,15% não são agricultores familiares, ou seja, 81 famílias, por que os percentuais foram calculados sobre 260 e não sobre 179? Identifica-se um viés no tratamento dos dados? Por exemplo, no índice Efeitos do Desenvolvimento, item Permanência dos familiares no domicílio:

- 133 acham ótimo com 51,2% ao invés de 74,3%

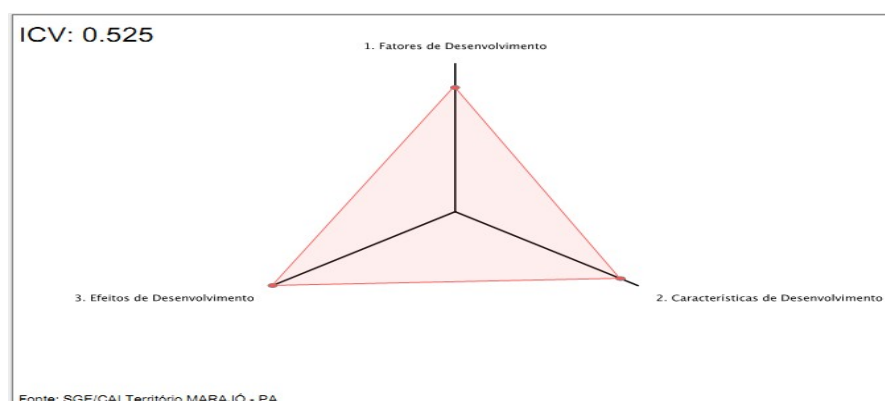
- 37 acham bom com 14,2% ao invés de 20,7%
- 8 acham regular com 3,1% ao invés de 4,5%
- 1 acha péssimo com 0,4% ao invés de 0,5%
- Total: 179 com 68,9% ao invés de 179 com 100%

14 ICV – Com Produção

Dentre os 260 entrevistados, 239 declararam que realizam produção (91,92% do total) enquanto que 21 entrevistados declararam que não realizam produção (8,08%);

O **Índice de Condições de Vida (ICV)** para os que realizam produção é de 0,525 considerado médio (entre 0,40 e 0,60).

Gráfico 25: Índice de Condições de Vida IVC – Com Produção – Marajó

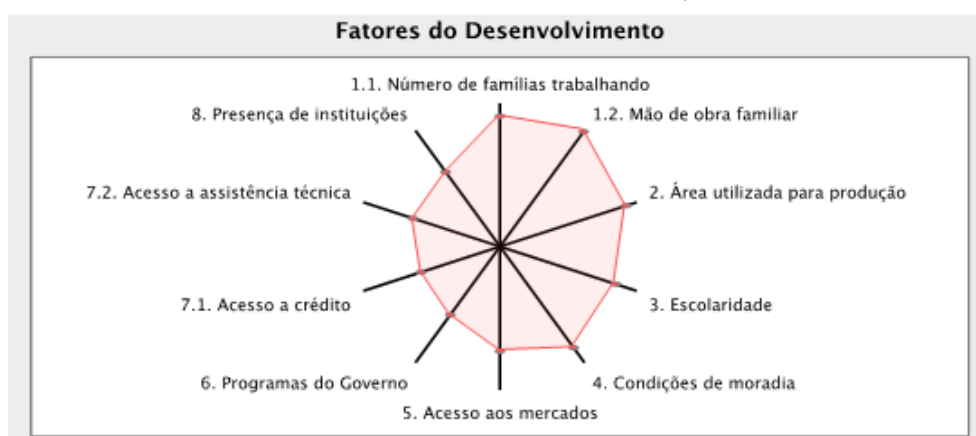


Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Quanto à **composição do ICV**, os Fatores de Desenvolvimento possui o índice de 0,484, abaixo dos outros dois: Características do Desenvolvimento com 0,5222 e os Efeitos do Desenvolvimento com 0,576. Toda a análise dos dados coincide com os resultados dos efeitos do desenvolvimento do ICV Agricultura Familiar na medida em que 91,92% dos 260 entrevistados são considerados agricultores que declararam realizar produção, ou seja, 239 famílias e, que 8,08% não realizam, ou seja, 21 famílias; porque os percentuais foram calculados sobre 260 e não sobre 239? Identifica-se um viés no tratamento dos dados? Por exemplo, no índice Efeitos do Desenvolvimento, item Permanência dos familiares no domicílio:

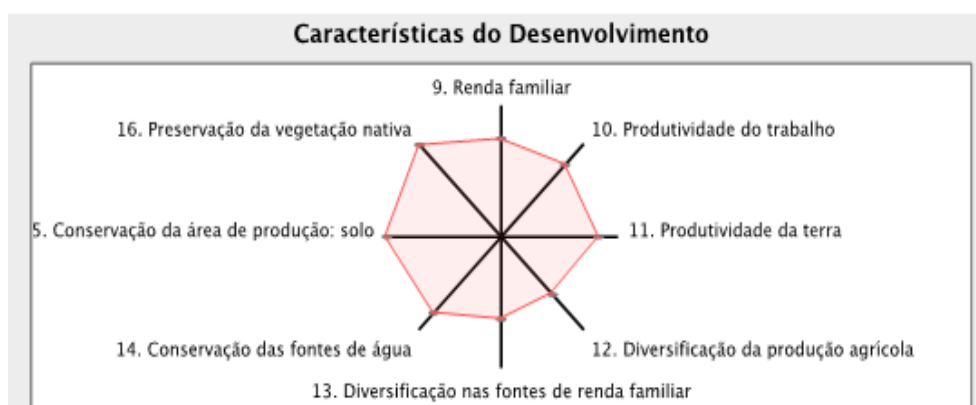
- 165 acham ótimo com 63,5% ao invés de 69,04%
- 59 acham bom com 22,7% ao invés de 24,69%
- 11 acham regular com 4,2% ao invés de 4,60%
- 3 acham ruim com 1,2% ao invés de 1,25%
- 1 acha péssimo com 0,4% ao invés de 0,42%
- Total: 260 com 92% ao invés de 239 com 100%

Gráfico 26: IVC Com Produção- Fatores de Desenvolvimento – Marajó



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Gráfico 27: IVC Com Produção- Características do Desenvolvimento - Marajó



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Gráfico 28: IVC Com Produção- Efeitos do Desenvolvimento - Marajó



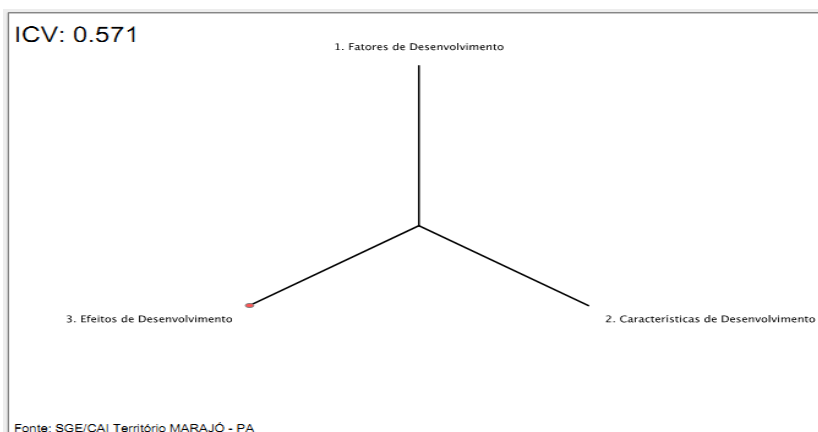
Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

15 ICV – Sem Produção

Dentre os 260 entrevistados, 21 declararam que não realizam produção (8,08%);

O Índice de Condições de Vida (ICV) para os que não realizam produção é de 0,571 considerado médio (entre 0,40 e 0,60); este índice encontra-se acima do ICV para o total dos 260 entrevistados (ICV de 0,525), acima dos 179 considerados agricultores familiares (ICV de 0,534) e acima dos 239 que realizam produção (ICV de 0,525);

Gráfico 29: IVC Sem Produção – Marajó



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Quanto à composição do ICV para os entrevistados que não realizam produção, somente os Efeitos do Desenvolvimento são levados em consideração, com índice de 0,571. Dentre os componentes do Índice relacionado com os Efeitos do Desenvolvimento, dos 21 entrevistados que não realizam produção, a Permanência dos Familiares no Domicílio com 0,905 é considerado Alto com 7,7% do total dos entrevistados que consideram Ótimo ou Bom (20); a Situação Econômica com 0,607 é considerado Médio Alto com 4,2% do total dos entrevistados que consideram Ótimo ou

Bom (11); as Condições de Alimentação e Nutrição é considerado Médio Alto com 0,607 com 3,5% do total dos entrevistados que consideram Ótimo ou Bom (9).

Destaca-se que os 21 entrevistados que declararam não realizar produção apresentam um Índice com Condições de Alimentação e Nutrição (0,607) melhores comparativamente aos 179 entrevistados considerados Agricultores Familiares (0,547) e melhores comparativamente aos 239 entrevistados que realizam produção (0,546), ou seja, será que as famílias que não produzem se alimentam e se nutrem melhor do que as famílias que produzem? Trata-se de um tema de pesquisa a ser aprofundado.

Gráfico 30: IVC Sem Produção – Efeitos do Desenvolvimento – Marajó



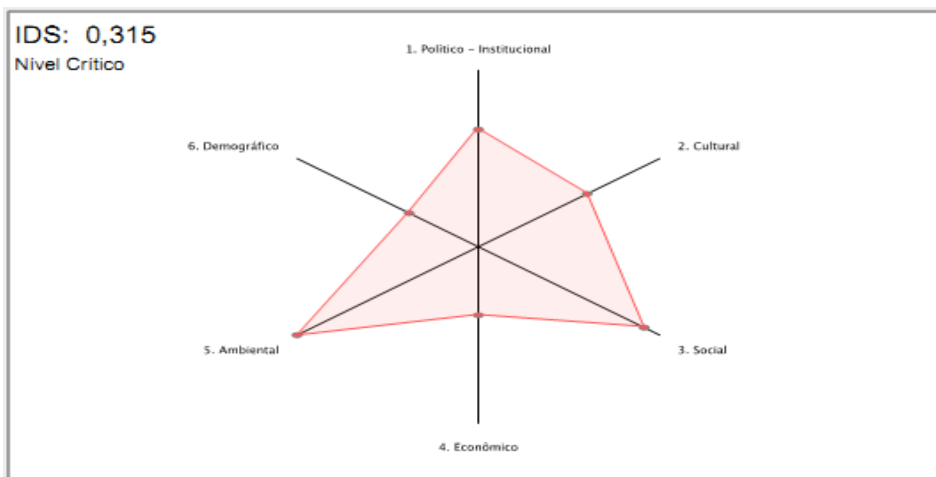
Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

16. Índice de Desenvolvimento Sustentável

O IDS é considerado Nível Crítico com 0,315 (entre 0,20 e 0,40);

Quanto à composição do IDS, o **índice Ambiental** é o mais elevado com 0,549 e, em seguida, o índice Social com 0,502, ambos considerados de Nível Instável (entre 0,40 e 0,60), enquanto que os índices Político-Institucional com 0,365, o Cultural com 0,329, o Econômico com 0,213 e o Demográfico com 0,210 são considerados de Nível Crítico.

Gráfico 31: Índice de Desenvolvimento Sustentável – Marajó



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Quanto aos Indicadores que mais influenciam o índice **Político-Institucional** observa-se uma elevada dependência de transferências intergovernamentais da União com 0,602 nível Estável (entre 0,60 e 0,80) e do reduzido número médio de Conselhos Municipais com 0,179.

Gráfico 32: Indicadores Politicos-Institucionais - Marajó



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Os Indicadores que mais influenciam no índice **Cultural**, todos os índices foram considerados como nível crítico entre (0,20 e 0,40), com destaque para o Índice de Fortalecimento Institucional IGMG-FI, com 0,338.

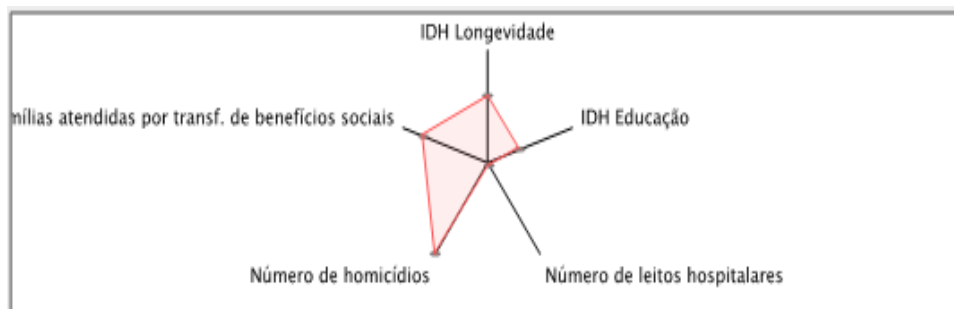
Gráfico 32: Indicadores Culturais - Marajó



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Quanto aos Indicadores que mais influenciam o índice **Social**, destaca-se o reduzido número de homicídios com 0,909 nível ótimo (entre 0,80 e 1,00) e as famílias atendidas por transferência de benefícios sociais com 0,688, demonstrando elevada dependência de repasse de recursos de programas governamentais, enquanto a educação aparece com 0,347, baixo, mas vem melhorando em virtude da elevação entre os que estudam atualmente.

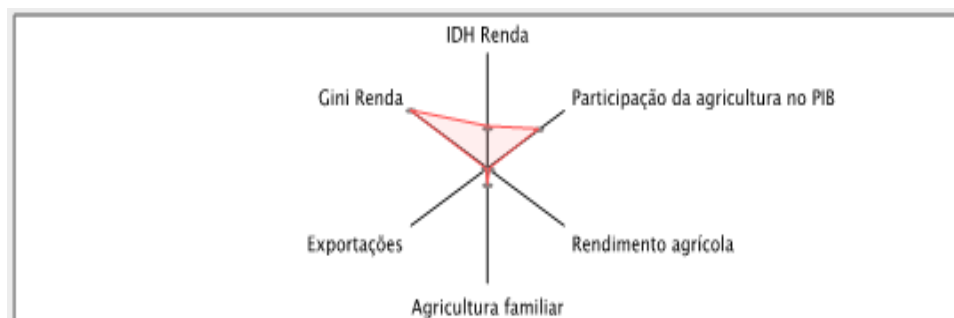
Gráfico 33: Indicadores Sociais – Marajó



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Quanto aos Indicadores que mais influenciam o índice **Econômico**, com exceção da Participação da Agricultura no PIB com 0,387, os demais indicadores são considerados com Alta Possibilidade de Colapso (entre 0,00 e 0,20): IDH com 0,199, **Rendimento Agrícola** com 0,019, Agricultura Familiar com 0,087, Exportações com 0,008 e Gini Renda com 0,008.

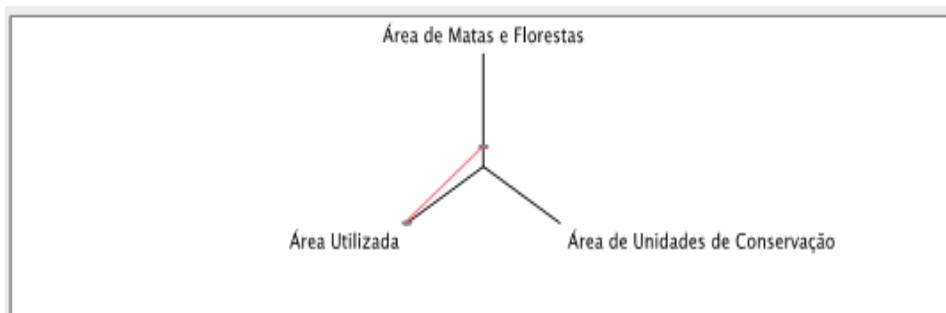
Gráfico 34: Indicadores Econômicos - Marajó



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Quanto aos Indicadores que mais influenciam o índice **Ambiental**, destaca-se a área utilizada com 0,934 e a área de matas e florestas com 0,164, enquanto que o indicador área de unidade de conservação é nula.

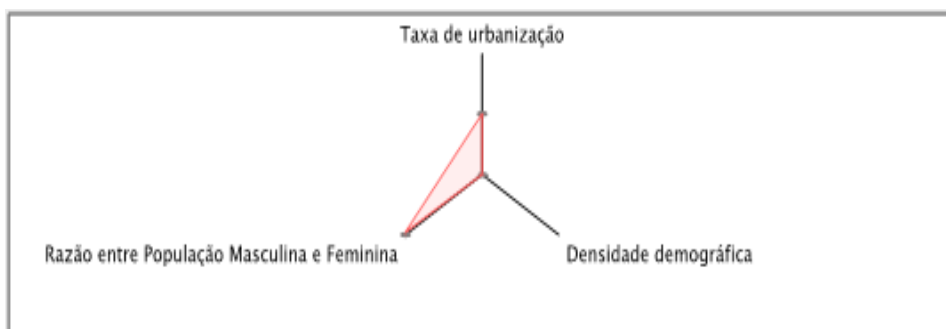
Gráfico 35: Indicadores Ambientais - Marajó



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

Quanto aos Indicadores que mais influenciam o índice **Demográfico**, a taxa de urbanização é de 0,21, ou seja, cerca de 80% da população vive em áreas rurais, a densidade demográfica é de 0,004 demonstrando as grandes distâncias entre cada comunidade rural e a razão entre população masculina e feminina com 0,416.

Gráfico 36: Indicadores Demográficos - Marajó



Fonte: SGE/Território Marajó – PA, 2011

17. Análise integradora de indicadores e contexto

A população marajoara tem buscado inserir suas demandas historicamente postergadas nos diferentes instrumentos de planejamento voltados à região amazônica, particularmente no Plano Amazônia Sustentável, Plano Marajó Sustentável, Plano de Aceleração do Crescimento, Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia, Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Marajó sob processos de participação.

Neste sentido, as questões relacionadas à necessidade de diversificação da produção precisa ser articulada a aspectos relacionados à situação de (in)segurança alimentar e nutricional, na medida em que o desenvolvimento sustentável tem como parâmetro a inclusão sócio-produtiva de indivíduos, ou seja, das comunidades locais.

Nestes termos, a educação de base tecnológica articulada à base produtiva local e as potencialidades dos territórios podem possibilitar condições para a erradicação da

fome e da miséria como condição da segurança alimentar e nutricional, bem como para melhorar as práticas de manejo florestais e agroecológicos. Para a construção de uma matriz de desenvolvimento, além das propostas acolhidas nos momentos de discussão dos problemas e possíveis soluções que são realizadas, muitas vezes, sem a falta de apoio e incentivos governamentais ao desenvolvimento territorial.

Mas para que esta matriz seja construída sob as bases de uma nova cultura política na perspectiva de uma visada para a renovação elementos vitais e que hoje são considerados acessórios à dinâmica territorial. Portanto, a introdução da política sob o paradigma da abordagem do território enquanto suporte da política pública de desenvolvimento em contraposição ao neodesenvolvimentista que se fundamenta na retomada do crescimento econômica desarticulado da valorização intensiva do trabalho vivo. É evidente que os indicadores de educação no município mostram uma melhoria, mas ainda está longe de corresponder as condições dadas pelo capitalismo de rede e da sociedade do conhecimento.

A dialética relação entre políticas de cunho territorial e políticas de cunho neodesenvolvimentistas tem favorecido em última instâncias, pelas velhas forças econômicas que ditaram as regras dos processos de planejamento de subordinação regional, em que os interesses externos e exógenos reanima uma política industrial supostamente renovada.

A política territorial está imbricada pelos nós dos paradoxos de Zenão que desafiou as teorias do movimento implicadas às teorias sobre a natureza do espaço e do tempo. Voltar ao passado de uma política desenvolvimentista que mostra, ainda no presente, os impactos negativos das desigualdades sociais. As duas propostas são opostas e constituem uma totalidade vazia.

Assim, como este filósofo pré-socrático, que mesmo sem refutar os absurdos da unidade entre duas propostas em antítese, vê-se que os paradoxos do desenvolvimento territorial pode ser superado na mobilidade social contra a concepção do pensamento único, ou mesmo majoritário, do desenvolvimentismo. A política territorial constituída pela multiplicidade, a cooperação e o movimento social pode concretamente alterar a cultura política, na medida em que se constitui como novidade e inovação contra as estruturas hierarquizadas das técnicas e das forças produtivas em contraposição à industrialização pelo alto. É certo caminhar só se faz caminhando, um aprendizado do próprio fazer, fazendo.

A introdução da política da Secretaria de Desenvolvimento Territorial torna-se uma passarela para a ultrapassagem de uma experimentação que precisa ser

sistematizada em pleno percurso. Os fios invisíveis da constituição do presente precisam ser encontrados para a construção de uma nova história para "os debaixo".

A análise do presente exige uma longa retomada das lutas sociais que na Amazônia a fim de criar a via *exit* (a resposta por defecção), portanto, ampliar as dimensões da via *voice* (tomada da palavra), sob a perspectiva hirschmaniana, portanto, da reforma agrária em combinação com as políticas de formação e fomento à agricultura familiar. Um nó górdio a ser quebrado na longa história de nossa constituição socioeconômica e político-cultural.

A trajetória central da agricultura familiar na Amazônia se constituiu e resiste na vaga das lutas sociais contra a escravidão, inicialmente indígena e, mais tarde, pela escravidão moderna, que ainda tem fortes marcas nas relações entre os "fazendeiros das águas" e os vaqueiros do Marajó. Nestes termos a inovação está relacionada à política territorial, em oposição ao processo de acumulação capitalista. Foi a defecção e não a submissão que criaram o Novo Mundo. A história da constituição moderna está marcada pelo processo de fuga, como a dos tártaros americanos, sob a via *exit* a condição para a ruptura das amarras colonial, no entanto, uma nova colonização é estruturada, desta vez, interna àquela estrutura pelas desigualdades regionais.

Nestes termos as política de corte territorial, simbolicamente, pode se constituir como uma amálgama das ações dos sujeitos locais, com suas redes técnicas, políticas, socioeconômicas e culturais "na constituição das dinâmicas territoriais e do trabalho livre, apoiadas nas pequenas estruturas fundiárias e nas formas de associação dos trabalhadores, um domínio ainda amplamente virgem" (BARBOSA, 2012).

As políticas autoritárias do passado (recente no Brasil) ressoam sob o neodesenvolvimentismo, externalidades negativas que impactam os custos de instalação das infraestruturas articuladas voltadas aos pequenos estabelecimentos de uma agricultura familiar ensejada sob a domínio dos "fazendeiros das águas".

Sem a qualificação da força de trabalho humana, do seu capital social, as políticas territoriais não conseguem ancoragem e capilaridade das estruturas organizativas formais e informais, enquanto mecanismo de mobilização produtiva de relações extremamente complexas.

No CODETEM a ausência das políticas sociais de valorização do trabalho vivo é, certamente, o maior bloqueio para ultrapassagem das passarelas existente entre o passado ainda presente. Velhas instituições, nesse vácuo pereniza as regras de compadrio entre os agentes dos processos evidenciados nas relações definidas sob a

economia marajoara hegemônica, em contraposição a economia da agricultura familiar efetivada sob a ausência de bens e serviços, como custos de produção, reprodução, crédito, armazenamento e de reposição.

A pesquisa dessas redes de relações é objeto de uma investigação maior tal o significa e a importância para a constituição material das dinâmicas locais no arquipélago do Marajó. Nestes termos alargar os passos da análise do âmago da produção material deste Território exige uma concepção antropológica dos laços que unem as diferentes dimensão do “fato social total”, em que as esferas monetárias e mercantis são conectadas pro relações de reciprocidade, intercâmbio e interação entre os sujeitos em cooperação ou mesmo em confronto.

No espaço e no tempo dessa complexidade material os eventos e acontecimentos potencializam as transformações implicadas por relações de trabalho, educação, produção, comercialização, financiamento, aprendizagem, dentre outros que operam as dobras e nervuras do presente em movimento constante de alteração desta complexidade.

"Nestes termos as noções de *externalidade* e de *oportunismo ex post* dos sujeitos podem ser resignificadas para além daquelas compreendidas por Marshall parece contribuir para a explicação dos paradoxos" (BARBOSA, 2012), de um *devoir* de múltiplas determinações e interações entre as contraditórias relações entre capital e trabalho, a partir de uma totalidade aberta (LEFEBVRE, 1972).

No CODETEM, a análise das externalidades positivas e negativas segundo a percepção dos entrevistados pode contribuir para a implantação de infraestruturas e serviços de uso comum, em que a diversidade e o conflito apontam caminhos que produzem novos efeitos não necessariamente adequados, mas os indicadores de uma Gestão Estratégica e integradora do Território precisa ser enfrentada do ponto de vista dos locais. A interdependência entre os fenômenos e as estruturas da luta de classes em operadas na sociedade global.

Pode-se, portanto, depreender do exame histórico do Território, ainda que de forma rudimentar, a necessidade de operação ações de curto e de longo prazo, em relação à implantação de bens e serviços coletivos de uso comum é, certamente, uma via de *exit* como ação política estratégica das novas estruturas civis que operam a política territorial, na perspectiva de potencializar ações, programas e projetos voltados à promoção de desenvolvimento territorial, tendo como foco, inicialmente, a segurança alimentar e nutricional, elemento central para a articulação entre instituições governamentais e não governamentais.

A promoção de políticas públicas precisa estar em sinergia com a base da cultura local aliada a um conjunto de iniciativas dos sujeitos que fazem a história dos municípios marajoara, mas sempre pela via da defecção, como condição primeira na

alteração das relações com os entes federados (União, Estado do Pará e Municípios), a fim de buscar soluções para as condições de vida apontadas como fatores considerados negativos na percepção dos entrevistados, particularmente, os que obstaculizam os níveis de desenvolvimento da sociedade do Marajó.

O fortalecimento dos Colegiados Territoriais pode contribuir para uma cooperação de novo tipo entre as instituições governamentais e não governamentais, além dos movimentos sociais e as demais redes de institucionais, econômicas, técnicas, políticas e sociais, sob o desafio de constituição de uma agenda coordenada entre essas diferentes esferas institucionais em busca da transformação, em caráter urgente, mas precisa levar em consideração as necessidades de investimentos em infraestrutura e serviços de uso comum, capazes de melhorar as condições de vida no Território do Marajó.

A promoção e/ou instalação de cursos em nível técnico e em nível superior articulados à base produtiva local; à pesquisa básica, com base na biodiversidade e práticas sócio-produtivas; à exploração sustentável dos recursos pesqueiros, com a participação das populações locais; à exploração de produtos florestais não madeireiro, tendo em vista a preservação, conservação e manejo dos mesmos; à regularização fundiária para garantir o acesso dos descendentes dos escravos à terra, com o reconhecimento dos direitos das comunidades quilombolas; à adequada utilização dos recursos hídricos para o abastecimento público, navegação e garantia do ecossistema aquático; à recuperação de áreas degradadas; à regularização fundiária do território e das Resex's; aos rios e lagos sem cercas, recuperados e produtivos, tendo em vista a dificuldade de acesso devido à prática histórica dos "latifundiários das águas"; à usinas de reciclagem, com coleta seletiva de lixo e construção de aterro sanitário; projetos de produção de mudas de espécies florestais (oleaginosas, madeira de lei e outras), com distribuição e/ou comercialização de mudas florestais; à melhoria das condições de produção e escoamento de produtos no território, com centro de comercialização dos produtos da Ilha do Marajó; ao turismo de base comunitária; à linha de crédito combinado à assistência técnica para fomentar a produção local; à projetos de energia alternativa nas áreas isoladas do território; à projetos produtivos com ênfase na economia solidária; à inclusão e valorização das mulheres marajoaras, possibilitando uma atuação mais consolidada e fortalecida, por meio da implantação de políticas públicas específicas; à capacidade técnica dos gestores públicos para o exercício de suas funções.

E em relação às medidas de proteção, ampliar o acesso a programas sociais articulados aos processos de promoção, isto é, políticas públicas de caráter afirmativo, tendo em vista que as populações locais, em sua grande maioria, são originárias do processo de mestiçagem entre brancos pobres, negros e índios, que devido à dificuldade de acesso a transporte e as condições do desenvolvimento de suas capacidades laborativas têm se mantido em estágio de pobreza, com os piores indicadores sociais do Brasil. Os "latifúndios das águas" cercam as entradas e passagens para rios e lagos submetendo-os a condições de trabalho "semi-escravo", sob regime de aviação, práticas de produção sob com pagamento em produtos (produção por parcela), dentre outras formas que repercutem nas condições de vida nesse território.

18. Propostas e ações para o território

Associadas as questões relacionadas às necessidades de promoção em nível territorial são ainda demandas das populações do Marajó:

- Pesquisa sobre a produção da mandioca e comercialização de seus produtos e derivados, uma reivindicação da Comunidade Remanescente de Quilombolas do Abacatal no município de Salvaterra, mas que também tem adesão de várias localidades;
- Estudo quantitativo das oleaginosas existentes, em diversos municípios, visando implantar pequenas agroindústrias, com ênfase em processos de produção agroecológica, sob a forma de trabalho associado para organização de cadeias produtivas solidárias do extrativismo.
- Realização de pesquisas para melhor aproveitamento de produtos da biodiversidade da região do Marajó, notadamente a pesca, a aquicultura e a fruticultura, identificando potencialidades e implementação de estratégias de mercado associadas à qualificação profissional, direcionadas à melhoria da qualidade de vida das comunidades.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

BAHIA EM FOCO - Dengue. Disponível: <<http://www.bahiaemfoco.com/saude-doencas/24.html>>. Acesso em: 2008.

BARBOSA, Maria José de Souza. A cabanagem entre a liberdade do mercado e o mercado da liberdade. UFRJ, Rio de Janeiro, 2003. (Tese de doutorado).

_____. &SÁ, Maria Elvira R. A questão social na Amazônia no capitalismo contemporâneo: o estado do Pará em foco. IN: **Questão Social na Amazônia**. Manaus: Edua, 2009., pp. 65, 94.

_____. A resistência do trabalho nômade ao controle de sua mobilidade na Amazônia. IN: **Cidade e Sustentabilidade: mecanismos de controle e resistência**. Rio de Janeiro: Terra Vermelha, 2009.

BELIK, Walter. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil**. IN: Saúde e Sociedade v.12, n.1, p.12-20, jan-jun 2003.

BRASIL - Dep. Nacional de Produção Mineral - Projeto **RADAM BRASIL**, 1981 - Levantamento de Recursos Naturais. Rio de Janeiro.

Brasil, Marília Carvalho. **Marajó: Em busca da Sobrevivência**. Obtido na internet no endereço: <http://www.fundaj.gov.br/docs/text/texama.html> em 20 de setembro de 2006.

_____. Ministério da Saúde. **Secretaria de Vigilância em Saúde**. Febre Amarela. Disponível: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=27006>. Acesso em: 2008.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde - **Informe Epidemiológico da Dengue, Janeiro a Abril de 2008**. Disponível: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/boletim_dengue_maio2008.pdf>. Acesso em : 2008.

_____. Ministério da Saúde. **Secretaria de Vigilância em Saúde**. Meningites. Disponível: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=26883>. Acesso em: 2008.

CARVALHO, Geila Santos. Lixo: consequências, desafios e soluções. **Meio Ambiente - Cursos Online Educação e Gestão Ambiental - CENED**. Disponível: <<http://www.cenedcursos.com.br/lixo-consequencias-desafios-e-solucoes.html>>. Acesso em: 2008.

CARVALHO, José Alberto Magno de. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em Demografia**. São Paulo: ABEP - 2. ed. 1998.

CORDEIRO, C. E. S.; FILOMENO, C. R. M.; COSTA, C. M. A.; COUTO, A. A. R. D'A. Perfil Epidemiológico da Malária no Estado do Pará em 1999 com Base numa Série Histórica de Dez Anos (1989-1999). **Informe Epidemiológico do SUS**, v. 11, nº 2 abril/junho 2002.

CORRÊA, Ana Maria Segal. **Jornal da Unicamp**. Edição 329 - 3 a 16 de julho de 2006. Disponível: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/julho2006/ju329pag04.html> Acesso em: 2008.

CUPPARI, Lilian. **Guia de Nutrição: nutrição clínica no adulto**. Ed. Manole, São Paulo, 2002.

DANTAS, A.F. Coordenação Estadual de Dermatologia Sanitária – **Programa Estadual de Controle da Hanseníase** – Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública do Pará. Situação Atual da Hanseníase no Estado do Pará, no Período de 2001 à 2006. 2007. Disponível em: <<http://www.paho.org/Portuguese/AD/DPC/CD/painel-PA.pdf>>. Acesso em: 2008.

DICIONÁRIO ON LINE. **E-Civil**. Vala. Disponível em: <http://www.ecivilnet.com/dicionario/dicionario_engenharia_v.htm>. Acesso em: 2008.

ESCUDEIR, Maria Mercedes Loureiro; VENANCIO, Sonia Itoyama; PEREIRA, Julio César Rodrigues. Estimativa de impacto da amamentação sobre a mortalidade infantil. **Revista de Saúde Pública**, vol.37, n. 3, 2003.

ESGOTOS SANITÁRIOS. **Saneamento**. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/saneamento/>>. Acesso em: 2008.

FERREIRA, João Alberto; ANJOS, Luiz Antonio dos. Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais. **Cadernos de Saúde Pública**, vol.17, n. 3, 2001.

FRANCO, M. C. A.; SANJAD, M. R. e PINTO, P. H. O. Prevalência de Meningite em Crianças no Hospital Universitário João de Barros Barreto, Período de 1995 à 2004. **Revista Paraense de Medicina**. v.20 (1) janeiro - março 2006.

Disponível: <<http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/rpm/v20n1/v20n1a06.pdf>>. Acesso em: 2008.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA - **Difteria – 2002**. Disponível em: <www.saudeemmovimento.com.br>. Acesso em: 2008.

GUARANY NEWS. Programa avalia controle de tuberculose nos municípios, 2007. Disponível em: <<http://www.portalguarany.com.br/noticias.php?id=3169>>. Acesso em 2008.

GUARDABASSI, A. Textos escritos e editados pelos alunos do Curso de Especialização em Divulgação Científica, do NJR-ECA/USP. **Produto do Núcleo José Reis de Divulgação Científica da ECA/USP - São Paulo**. nº 21, ano 4, Julho/Agosto de 2004. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/nucleos/njr/voxscientiae/andrea21.html>>. Acesso: 2008.

HARTMANN, C.; ARAÚJO, H. I. ; MAIA, E. O. Influência da Musculação no Controle da Diabetes. **Livro de Memórias do IV Congresso Científico Norte-nordeste – CONAFF**. 2007. Disponível em: http://www.sanny.com.br/pdf_eventos_conaff2/Artigo07.pdf>. Acesso: 2008.

INCA - Instituto Nacional do Câncer. Ministério da Saúde. **Atlas de Mortalidade por câncer no Brasil 1979-1999**. Disponível: <<http://www.inca.gov.br/atlas>>. Acesso: 2008.

INCA - Instituto Nacional do Câncer. Ministério da Saúde. **Inquérito Domiciliar sobre Comportamentos de Risco e Morbidade Referida de Doenças e Agravos não Transmissíveis. Brasil, 15 capitais e Distrito Federal 2002–2003, Sobrepeso e Obesidade**. 2004. Disponível em: <www.inca.gov.br/inquerito/docs/sobrepesoobesidade.pdf>. Acesso em: 2008.

INCA - Instituto Nacional do Câncer. Ministério da Saúde - **Inquérito Domiciliar sobre Comportamentos de Risco e Morbidade Referida de Doenças e Agravos não Transmissíveis. Brasil, 15 capitais e Distrito Federal 2002–2003, Diabetes**, 2004. Disponível em: <www.inca.gov.br/inquerito/docs/diabete.pdf>. Acesso em: 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Coordenação de Índices de Preços. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003: análise da disponibilidade domiciliar e estado nutricional no Brasil**. Rio de Janeiro, 80p, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Segurança Alimentar**. Rio de Janeiro, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/ Síntese de Indicadores – Fossa Rudimentar**. Rio de Janeiro, 2005.

JORGE, M. H. P. M; GOTLIEB, S. L. D. O Sistema de Informação de Atenção Básica como fonte de dados para os Sistemas de Informações sobre Mortalidade e sobre Nascidos Vivos. **Informe Epidemiológico do SUS**. vol.10, nº.1, p.7-18. 2001. Disponível em: <<http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo>>. Acesso em: 2008.

Ministério da Saúde. Vigilância em Saúde. Tabelas das doenças. Doenças de A a Z. Disponível: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=962. Acesso em: 2008

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Estudos Avançados**. vol.17, nº48, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 2008.

NEVES, Elisa Cristina Andrade; LIMA, Consuelo; BARBOSA, Maria José de Souza. **Contribuição do Centro de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Belém para a segurança alimentar em assentamento periurbano**. In: 3º Simpósio de

Segurança Alimentar, 2010, Porto Alegre. 3º Simpósio de Segurança Alimentar. Porto Alegre: Anais do 3º Simpósio de Segurança Alimentar, 2010.

Nutrição. Mai/Ago. vol.13, no. 2, p.99-106, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 2008.

PACHECO, Maria L. Emília. **Segurança Alimentar e Nutricional: novas políticas para antigos problemas.** IN: Proposta N. 97 Jun/Ago de 2003.

PARÁ. Governo do Estado do Pará, Secretaria Executiva de Saúde Pública. **Núcleo Estadual de Epidemiologia.** Incidência de doenças preveníveis por tratamento e acompanhamento por município - Meningite; 2003. (dados não publicados).

PARÁ. Secretaria de Estado de Saúde Pública. **Nota Técnica – Febre Amarela.** Disponível em: <http://portal.sespa.pa.gov.br/images/sespa/html/departamentos/nuepi/pdf/nota_tecnica_febre_amarela.pdf>. Acesso em: 2008.

RENAULT, C. S.; BASTOS, F. A.; FILGUEIRA, J. P. P. S.; FILGUEIRA, J. P. P. S.; HOMA, T. K. Epidemiologia Da Malária No Município De Belém – Pará. **Revista Paraense de Medicina.** V.21 (3) julho-setembro 2007. 2007

ROCHA, Viviane. **Diabetes Mellitus.** 2006. Disponível em: <<http://dravivianerocha.multiply.com/journal/item/8>>. Acesso em 2008.

RODRIGUES, A. G.; FONSECA, L. A. e AGUIAR, G. Caracterização da população portadora de tuberculose na unidade de saúde do Jurunas (Belém-Pa) no período de janeiro a dezembro de 2006, 2007. Disponível em: <http://www.wgate.com.br/conteudo/medicinaesaudefisioterapia/doencas/tuberculose_leticia.htm>. Acesso: 2008.

SALVE, Mariângela Gagliardi Caro. Obesidade e Peso Corporal: riscos e conseqüências **Movimento & Percepção.** Espírito Santo de Pinhal, SP, v.6, n.8, jan./jun. 2006.

SANTOS, Renato **Câncer Gástrico.** Disponível em: <http://www.prevencaodecancer.com.br/003c.htm>. Acesso em: 2008.

SASSE, A. - CÂNCER - conceitos básicos – Câncer informações para uma Vida Melhor. 2008. Disponível em: <<http://andre.sasse.com/cancer.htm>>. Acesso em: 2008.

SOUSA, Consuelo Lúcia at all. **Relatório do Projeto do Centro de Apoio a Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de Belém - CAAUP.** UFPA, 2009.

SOUZA, Maria Luzenira de; MENEZES, Hilary Castle de. Processamentos de amêndoa e torta de castanha-do-Brasil e farinha de mandioca: parâmetros de qualidade. **Ciênc. Tecnol. Alimentos.** vol.24, no.1, p.120-128, Jan./Mar. 2004.

VENDRAMINI, Silvia Helena Figueiredo; VILLA, Tereza Cristina Scatena; CARDOZO GONZALES, Roxana Isabel; MONROE, Aline Aparecida Tuberculosis in the elderly: concept analysis. **Revista Latino-Americana de Enfermagem,** vol.11, n. 1, 2003.

ANEXO: Validação de instrumentos e procedimentos

Sobre os instrumentos de coletas de dados, observa-se a falta de opções de respostas em algumas perguntas. Em outras, as perguntas estavam fora de ordem ou em ordem inversa. A seguir alguns itens verificados em cada questionário:

1 – Q1 – Capacidades Institucionais:

- Na P-15 e P-26 ausência da opção “não se aplica”, caso tenha sido marcado a opção “nenhuma das anteriores” na pergunta anterior.

2 - Q2 – Identidade Territorial:

- Vários entrevistados questionaram o fato de representantes dos movimentos sociais e políticos estarem sendo avaliados da mesma forma. Os reclamantes gostariam que as avaliações fossem específicas. Segundo suas avaliações, poderá gerar inconsistência nos resultados.

3- Q3 – Acompanhamento da Gestão do Colegiado

- A P-13 deveria ter como opção de resposta apenas sim e não;
- A posição da P 14 e 15, poderia ser invertida;
- A forma de avaliação das perguntas P-16, 19 e 20, gera certa confusão de ideias na hora de respondê-las, já que para P-16 e 19 quanto mais próximo de 5 o item é melhor avaliado, já para a P-20 quanto mais próximo de 5 a avaliação é inversa.

4- Q4 – Índice de Condições de Vida - ICV

- As opções para a avaliação sobre a atuação dos intermediários/atravessadores, condições de acesso a mercados, condições para compra de insumos e venda de produtores, poderia ser diversificada como as opções das demais perguntas (ótimo, bom, regular, ruim e péssimo) e não somente “mais para bom” e “mais para ruim”.
- As perguntas 22, 23 e 24 poderiam ter outra opção de resposta caso não existisse cooperativas, associações, sindicatos ou grupos de dança, de canto e de tradição na comunidade onde a família reside. Caso contrário se avaliará algo que não existe.
- É importante observar que o quadro que caracteriza se os domicílios pesquisados são ou não Agricultura Familiar, quando a resposta for “sim” para todos os itens ou Produção não Familiar quando um ou mais itens tiver “não” como resposta, poderá estar igualando um grande produtor de palmito, por exemplo, caso seu domicílio fosse contemplado na pesquisa a um pequeno produtor de mandioca, o qual a renda principal de sua família não venha dessa produção. Neste caso o produtor de

palmito e o produtor de mandioca fariam parte da mesma categoria: Produção não Familiar.